

FACULDADES INTEGRADAS “ESPÍRITA”
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL
JOSÉ LUIZ DE CARVALHO



ENTRE PINHEIRAIS, NOVELAS E AQUARELAS
O Viajante John Henry Elliott e a Vila de Curitiba no Século XIX

CURITIBA
2010

JOSÉ LUIZ DE CARVALHO

ENTRE PINHEIRAIS, NOVELAS E AQUARELAS

O Viajante John Henry Elliott e a Vila de Curitiba no Século XIX

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em História do Brasil do Centro de Pós-Graduação e Extensão das Faculdades Integradas “Espírita”.

Orientador: Professor Dr. Geysa Dongley Germinari

CURITIBA
2010

Dedico este trabalho às companheiras inseparáveis: minha esposa Marly Yumiko Ueda e minha filha Helena Yuri Ueda de Carvalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos inicialmente aos docentes e discentes da pós-graduação em História do Brasil, turma J, em especial ao meu orientador Professor Geysso Dongley Germinari, pelo companheirismo, espírito acadêmico e pelos momentos maravilhosos de aprendizado, debates e troca de conhecimentos que juntos compartilhamos.

Estendemos especiais agradecimentos aos pesquisadores, técnicos e às instituições onde realizamos pesquisas e coletamos informações. Ao Museu Paranaense e sua Biblioteca Romário Martins, na pessoa da técnica Vera Coelho e dos estagiários Márcio de Paula, Rodrigo Moschkovich Athayde, André Luiz Ribas Pereira e Diego José Bueno, pois muito contribuíram disponibilizando a importantíssima documentação pública que guarda o museu; à Biblioteca Pública do Paraná, através da Divisão Paranaense, nas pessoas dos bibliotecários Canísio Miguel Morch e Josefina Palazzo Ayres, dedicados profissionais da memória paranaense, e ao Arquivo Público do Paraná, nas pessoas das técnicas Daysi Lúcia Ramos de Andrade, Roseli Pereira Lima e Taís Figueiredo pela atenção e profissionalismo.

Lembramos ainda a Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, pela atenção para com os pesquisadores brasileiros, que continuamente temos comprovado, e a dedicação na preservação dos acervos que possuem. Ao Itamaraty, também no Rio de Janeiro, em especial a sua mapoteca, pela guarda e conservação da documentação sobre John Henry Elliott. Não podemos esquecer a relevância das fontes encontradas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro – IHGB e no Arquivo Nacional, instituições fundamentais da nossa cultura. Ressaltamos ainda as contribuições valiosas do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná - IHGE, do Círculo de Estudos Bandeirantes e do Instituto Neo-Pitagórico nas pessoas da professora Elizabeth Garzuse da Silva Araújo e das senhoras Sumakê Velloso Garzuse e Rhadail Grein Velloso. Consideramos também de fundamental importância as informações de pesquisa do Prof. Neri Assumpção, diretor do Museu Municipal Desembargador Edmundo Mercer Júnior de Tibagi, Paraná.

Por fim, agradecemos gentilmente a todos os amigos e amigas pesquisadoras do Museu Paranaense pelo incentivo e constante dedicação às causas da pesquisa e da

cultura paranaense: professor Dr. Euclides Marchi, arqueóloga Dra. Cláudia Inês Parellada, historiadora Márcia A. F. Medeiros, antropóloga Ms. Maria Fernanda Maranhão, geógrafo Maurício André Ielen, historiadora Denise Haas, museóloga Silvia Marize Marchioratto, colaboradora historiadora Ms. Martha Becker Morales e às técnicas do Laboratório de Conservação e Restauro Deise Falasca de Moraes, Esmerina Costa Luis e Janete Gomes.

RETIRADO DO PRESENTE

Há grandes vantagens em um dia nos afastarmos largamente do nosso tempo, em, por assim dizer, nos deixarmos conduzir da sua margem para o oceano das concepções passadas do mundo. Daí, olhando na direção da margem, abarcamos sem dúvida pela primeira vez a configuração do conjunto e, quando voltamos a aproximar-nos, temos a vantagem de a compreender melhor, sob todos os aspectos, que aqueles que nunca a abandonaram.

Humano Demasiado Humano, F. Nietzsche.

RESUMO

Este trabalho tem como proposta o estudo de parte da biografia e das obras legadas pelo viajante americano John Henry Elliott. Com enfoque especial sobre os primeiros momentos da chegada ao Brasil e suas relações com a Vila de Curitiba. Estudamos para tanto o jornal literário *O Jasmim*, a novela *Aricó e Caocochée*, além das duas aquarelas do autor representando a localidade, recém alçada à condição de capital da Província do Paraná. Como consequência, procedemos a uma análise crítica da segunda metade do Século XIX, período do Segundo Reinado em que viveu. Analisamos desde sua chegada ao Rio de Janeiro, na década de 1820, até sua primeira fase no Paraná. Elliott, além de originariamente marinho, foi pintor, escritor, geógrafo e cartógrafo. Em sua vida de viajante pelas províncias do Brasil Meridional teve contato com os índios, novos territórios e contribui para a formação moderna dessas na segunda metade do XIX. Suas pinturas, seus mapas e croquis, suas entradas pelo sertão - sempre na companhia inseparável do sertanista Joaquim Francisco Lopes -, sua novela indigenista e seu envolvimento literário nos permitem melhor explorar e entender aspectos sociais, políticos e culturais, sobretudo, da nascente Província do Paraná, e, especialmente, da Vila de Curitiba. O estudo dos viajantes do Século XIX, e suas obras, contribui também para melhor entender a formação e a construção da identidade moderna brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: História do Paraná; Século XIX; Viajantes; Geografia; Cartografia; Etnografia; Literatura; Pintura.

ABSTRACT

This work has as its main focus the biography legacy and analysis of works left by american traveller John Henry Elliott, specially related to the first moments in Brazil and his lifetime in Curitiba Village. We studied for this the literary journal *O Jasmim*, his novel *Aricó and Caocochée* and the Elliott's paintings which represents the village, the newborn *Província of Paraná's* capital city. In this way we have made also a critical exam of last decades of the nineteenth century in Brazil, the second phase of the Brazilian Empire. For this we studied since he arrived at Rio de Janeiro in the 1820s decade until his first phase in *Paraná*. Elliott, firstly a sailor, was painter, writer, geographer and cartographer. In his journeys beyond the southern *Províncias* he had contact with Indians, new territories and witnessed their development. His paintings, maps, drawings, journeys - always in company of Joaquim Francisco Lopes, a brazilian *sertanista* -, his indian novel and literary compositions give us a better understanding on social, political and cultural aspects of the newborn *Província* and the Curitiba Village. The study about travellers and their works of the nineteenth century help us to understand the modern brazilian identity in the 20th century.

KEY-WORDS: History of Paraná; 19th century; Travellers; Geography; Cartography; Ethnography; Literature; Painting.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Missões Científicas e Viajantes no Brasil, Século XIX.

QUADRO 2 - Viajantes no Paraná, Século XIX.

QUADRO 3 - Localidades e População da Província do Paraná em 1854.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Planta da Cidade do Rio de Janeiro, 1817. In: MAPPA - Imagens da Formação Territorial Brasileira, 1993.

FIGURA 2 - Paisagem do Rio de Janeiro, Século XIX. In: MAPPA - Imagens da Formação Territorial Brasileira, 1993.

FIGURA 3 - Decreto Imperial de Declaração de Guerra Contra as Províncias Unidas do Prata, 10.12.1825.

FIGURA 4 - Mapa da Província de Cisplatina, 1824. In: CARNEIRO, 1946.

FIGURA 5 - Plano da Praça da Colônia de Sacramento 1762. In: MAPPA - Imagens da Formação Territorial Brasileira, 1993.

FIGURA 6 - Vista do Povoado de Carmem de Patagones, 1826 – 1833. In: D'ORBIGNY, 1945.

FIGURA 7 - Tropas na Praia Grande, Jean Baptiste Debret – 1816.

FIGURA 8 - ELLIOTT, J. H. Curitiba, 1855 – Desenho Aquarelado. In: CARNEIRO, 1950.

FIGURA 9 - Planta do “Certão de Curitiba”. Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Curitiba.

FIGURA 10 - Planta de Curitiba, 1857. In: LICCARDO, 2010.

FIGURA 11 - O JASMIM – edição fac-similar -. 1ª Série, N.º 1, 1857. Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Curitiba.

FIGURA 12 - O JASMIM, Edição Fac-Similar, 1ª Série, N.º. 1, 1857. Instituto Neo-Pitagórico, Curitiba.

FIGURA 13 - O JASMIM, Edição Fac-Similar, 1ª Série, N.º. 1, 1857. Instituto Neo-Pitagórico, Curitiba.

FIGURA 14 - ELLIOTT, J. H. Novela Aricó e Caocochée, 1857. Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Curitiba.

FIGURA 15 - ELLIOTT, J. H. Vista de Curitiba, 1855. In: Pintores da Paisagem Paranaense, SECE, 1982.

FIGURA 16 - ELLIOTT, J. H. Vista de Curitiba, 1855 (1865). In: Pintores da Paisagem Paranaense, SECE, 1982.

FIGURA 17 – ELLIOTT, J. H. Vista de Curitiba. Província do Paraná. 1855 (1865). Aquarela. Colorido. Museu Paranaense, Curitiba.

FIGURA 18 – ELLIOTT, J. H. Inscrição, verso da figura 15. 1855 (1865). Museu Paranaense, Curitiba.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	19
3	DIÁRIO: TRAJETÓRIA DE VIAJANTE	27
3.1	JOHN HENRY ELLIOTT (1809-1888).....	31
3.2	O VIAJANTE E A CONSTRUÇÃO DE UMA BRASILIDADE.....	39
3.3	GUERRA CISPLATINA: CARMEM DE PATAGONES (1827).....	43
3.4	A GRANDE MURALHA.....	47
4	O VIAJANTE E A VILA DE CURITIBA	49
4.1	PROVÍNCIA DO PARANÁ E O ARTISTA-ESCRITOR-CIENTISTA.....	56
4.2	O JASMIM: PERIÓDICO LITERÁRIO E RECREATIVO PIONEIRO.....	60
4.3	UMA VOZ NO DESERTO: NOVELA ARICÓ E CAOCOCHÉE E OUTROS CONTOS.....	66
4.4	JOHN HENRY ELLIOTT: PINTOR PIONEIRO DA PAISAGEM PARANAENSE.....	72
4.5	VISTAS DA VILA DE CURITIBA: AQUARELAS DE JOHN HENRY ELLIOTT.....	76
5	METODOLOGIA	79
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	84
	ANEXO	92

1 INTRODUÇÃO

Nas palavras do viajante inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither o relato - em data provável de 11 a 16 de Junho de 1874, sendo que havia partido de Tibagi em 05 de junho - sobre John Henry Elliott, já envelhecido e confinado aos “sertões” do Paraná, nem de longe poderia suscitar quem fora esse artista – pintor, escritor, geógrafo, cartógrafo, marinho, pesquisador e aventureiro extraordinário - e de quem jamais ouvira falar, mas que a obra póstuma iria atestar:

Nas últimas horas da tarde do sétimo dia depois de sair do Tibagi, avistamos a pequena vila de S. Jerônimo, isolada num campo aberto, que inexplicavelmente surge ali, desprotegida e deserta, no meio de uma floresta luxuriante. Frei Luís me contou que ali vivia um compatriota meu de nome Elliott que, quando jovem, fora grande explorador, mas que agora estava velho, cansado e muito pobre; trazia-me um recado dele pedindo desculpas por não poder vir fazer-me uma visita, em virtude de sua avançada idade e fraqueza, mas que mandou pedir que o fosse ver. Fomos juntos para à vila à casa de meu suposto compatriota. Ele acabava de se levantar da cadeira para nos receber quando eu, acompanhando de perto Frei Luís, entrei no quarto em que ele estava. Como ele parasse por um momento diante de mim, penso nunca ter visto tão esplêndida ruína de homem. Tinha mais de seis pés de altura, com uma estrutura que em outros tempos deveria ter sido sólida, mas agora estava enfraquecida e descarnada, e o seu semblante parecia ter sido modelado em ferro, indicando um vigor e energia de caráter iguais aos que Palas ofereceu a Páris, para o animar a levar vida de golpes, perigos e proezas, como a que ele de fato levou durante quarenta longos anos de sua vida.

Elliott cumprimentou-me em inglês, misturando inconscientemente algumas palavras em português, como se já tivesse perdido o domínio de sua própria língua por falta de uso. A despeito disso e do ambiente pobre, que não lembrava nada da velha pátria, fiquei logo emocionado com o seu sotaque e a sua maneira de saudar. Eram os de um perfeito cavalheiro inglês, como eu estava longe de encontrar naquelas remotas regiões. Meu coração se enterneceu diante daquele pobre velho, abandonado aparentemente pelo país de origem, em cujo serviço despendera os seus melhores dias.

Fiquei com ele até tarde e soube pouco a pouco da história de sua vida, que não desmentia a sua aparência. Seu nome de batismo era John Henry, sendo inglês apenas por parte de mãe, pois seu pai era americano. Nascera no ano de 1809. Entrara muito jovem para a marinha americana, como guarda-marinha, e um ano ou dois depois passou para o serviço brasileiro. Numa das rixas quase permanentes entre o Brasil e os países sulinos espanhóis, foi feito prisioneiro, permanecendo em reclusão durante dois anos. Mais tarde conseguiu fugir e aí começou a sua vida de explorador.

Em suas próprias palavras : - “Você sabe, eu tinha visto aquelas montanhas altas (referindo-se à cordilheira da Serra do Mar) tantas vezes, de bordo do navio, que comecei a ficar curioso de saber o que existia detrás delas e por isso resolvi ir ver”. Deixou assim a sua vida do mar e, durante quarenta anos, estivera olhando o que existia atrás das montanhas marítimas do Brasil meridional. Começando sob os auspícios e patrocínio do Sr. Silva Machado, que depois se tornou Barão de Antonina, Elliott explorou vastas extensões de terra nas Províncias de S. Paulo (que então abrangia o que é agora a Província do Paraná), Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, traçando mapas ligeiros de vários rios, anotando as posições aproximadas das cordilheiras de montanhas e as divisões gerais das florestas e prados.

Durante muitos anos a sua vida foi de extremo perigo e privações, vividas no meio dos grandes sertões, interceptados ao contato do homem civilizado por distâncias imensas de regiões desconhecidas e muitas vezes cercados por tribos de índios hostis. Tinha tido, contudo, um companheiro que parecia ter se igualado a ele em coragem e atrevimento. Esse companheiro era o brasileiro Lopes, que ainda vivia e trabalhava.

Entre as inúmeras experiências que o velho homem me relatou, nesta e em outras ocasiões, havia uma que ilustrava perfeitamente a diferença entre o estado atual da região e o que ela tinha sido na última geração. Disse-nos ele que na redução dos índios, estabelecida a menos de uma légua de S. Jerônimo, havia muitos índios vivendo pacificamente, de quem, no transcurso de suas explorações, em mais de uma ocasião, teve de fugir para salvar a vida. Através dele, principalmente, e de seu companheiro Lopes, como primeiros exploradores do distrito, não só as cercanias imediatas de S. Jerônimo, mas toda a margem direita do Tibagi tinham sido libertadas dos índios hostis, que ou foram expulsos ou foram forçados a viver em paz com os novos colonizadores.

Tão interessante e atraente achei ouvir experiências e aventuras da vida do velho – e que eu gostaria de levar – que, quando dois meses mais ou menos mais tarde, voltei a S. Jerônimo, me acostumara a ir todas as noites à sua casa e, sentado com ele, sua mulher (uma mulata e uma megera, loucura da meia idade), Frei Luís e outras pessoas da vila, em volta de uma grande fogueira, acesa no chão da cozinha, ouvíamos histórias intermináveis de sua vida, chupando mate numa bomba e fumando cigarros. O prazer dessas noites teria sido perfeito se não fosse a megera da mulher, que parecia fazer muito pouco caso do marido, dando ordens ao velho como se fora um cão.

Uma história da vida animal na floresta contada por Elliott se assemelhava tanto ao que poderíamos ter visto e era tão natural que peço licença para reproduzi-la.

- Uma noite – disse o narrador – eu e Lopes estávamos acampados na floresta, entre os rios Ivaí e Tibagi, de cócoras em volta do fogo, queixando-nos da sorte por não termos tido nada para comer durante o dia, além de frutas e mel, à espera de melhor sorte no dia seguinte, quando subitamente ouvimos a pequena distância, um barulho infernal de grunhidos, rugidos e batidas presas. – Porcos – dissemos ambos – agora, para o jantar, finalmente. O luar estava claro e o ruído vinha de um pequeno descampado na floresta, como os encontrados freqüentemente entre os pinheirais. Apanhando as espingardas, que estavam no chão ao nosso lado, caminhamos sorrateiramente em direção ao local do tumulto, que ainda ouvíamos, embora com menos intensidade que a princípio, e logo chegamos à beira da pequena clareira. No alto de uma casa de cupim, de cinco pés de altura, estava um jaguar, cercado por uma caterva de porcos, uns cinqüenta ou sessenta talvez, todos enfurecidos e tentando, infrutiferamente, chegar perto do inimigo encarapitado ali em cima. Não fizemos fogo, esperando conseguir o jantar sem gastar um tiro, pois a munição era preciosa. Enquanto isso, o jaguar, com a cauda bem levantada para o ar e as quatro patas juntas, equilibrava-se na ponta do montículo, olhando apreensivamente ora para um lado ora para outro, diante do furor ameaçador dos porcos. Estava claro que aquela situação não poderia continuar por muito tempo: ou os porcos desistiriam daquele cerco, ou o jaguar, cansado da sua incômoda posição, tentaria uma escapada. O desfecho, contudo se deu de maneira que não esperávamos. Num momento de distração, o tigre deixou a cauda descer ao alcance dos sitiantes. Num segundo o malfadado apêndice foi agarrado pelos porcos e o animal derrubado de seu pouso para o meio deles, começando a terrível batalha. De vez em quando podíamos ver o corpo amarelo do jaguar sobressair da massa agitada de porcos, dando suas poderosas patas dianteiras vigorosos e mortais golpes, para a direita e para a esquerda, até cair de novo no meio de seus inimigos enraivecidos. Daí a instante o barulho começou a diminuir, sem que o jaguar emergisse da confusão e não podemos vê-lo em parte alguma. Esperamos algum tempo e notamos que a horda de porcos começava a dispersar. Quando não havia mais barulho fomos à clareira onde a luta se desenrolara havia pouco. Não vimos o jaguar, mas no chão jaziam nada menos que quatorze porcos mortos ou moribundos. Nesse momento Lopes se abaixou, apanhando o fragmento de alguma coisa, e disse: - Aqui o tigre. Era um pedaço de pele de jaguar. Ele tinha sido completamente reduzido a pedaços pelos porcos e seu corpo devorado ou levado por eles. Apenas alguns pedaços

de pele e pêlo ficaram no campo de batalha. Das suas vítimas conseguimos carne para a nossa ceia e para muitas refeições mais, sem ter de gastar uma só bala.

Essa história correspondia exatamente à verdade em todos os pormenores, pois a nossa própria experiência já nos mostrara o suficiente para saber de que natureza é o porco quando excitado. Nesse estado não conhece o medo e enfrenta o mais forte inimigo que não sair do seu caminho. É esta uma das cenas típicas de selvageria da floresta, sem dúvida repetida muitas vezes com poucas variações nos sertões bravios e desertos.

Talvez ainda mais interessante, dadas as circunstâncias, que essas histórias sensacionais, fossem para mim as narrativas mais simples das descobertas que os dois ousados exploradores realizaram na parte da província em que eu ora estava viajando. Como já mencionei S. Jerônimo ficava situado num descampado, no meio de uma grande floresta que o cercava. Havia dois desses descampados: um chamado Campo de S. Jerônimo e o outro Campo do Inhonhô, nome de um cacique coroadado, cuja tribo tinha a posse dessas regiões na ocasião de sua descoberta. Todos os dois campos ficavam bem no alto da Serra dos Agudos que, como se viu antes, atravessava quase em ângulo reto o Vale do Tibagi, continuando do outro lado com o nome de Serra do Apucarana.

Em certo ponto, na vizinhança imediata de S. Jerônimo e nunca distância de cerca de vinte e oito milhas, há um pico escarpado que se projeta dessa serra e logo atrai a atenção pela clara rudeza do seu esboço, comparado com outros de em torno. Quando toda a região entre Tibagi e Jataí era ainda desconhecida e desabitada, exceto pelos índios errantes, Elliott e Lopes, procurando o caminho do Ivaí para o Tibagi, subiram a esse pico, e de seu cume, descobriram os dois campos de S. Jerônimo e Inhonhô. Isso foi pelo ano de 1840, em que a lei de posse regulava os direitos de propriedade da terra em todo o sertão brasileiro.

Essa lei, que de fato não era lei, fez surgir crimes terríveis e ultrajes de caráter agrário, por meio dos quais só os poderosos ou protegidos por amigos influentes podiam estabelecer-se praticamente com segurança nas terras mais favorecidas dessas regiões remotas e bravias. Lopes e Elliott, entretanto, tinham um protetor bastante poderoso na pessoa do Sr. Silva Machado, Barão de Antonina, em cujo nome se apoderaram, portanto, do campo recentemente descoberto, fundando, pouco depois, ali mesmo, a vila de S. Jerônimo.

Como recompensa pela descoberta, o Barão presenteou Elliott com uma casa e considerável extensão de terras na nova povoação, sendo aí que ele, prematuramente envelhecido e alquebrado pela severidade e duras privações dos últimos quarenta anos, vinha vivendo os dias restantes de sua longa e árdua existência.

Causava tristeza ver um homem que tanto havia feito e sofrido morrer agora em terra estrangeira, sem nenhum carinho, além do mais, martirizado dia após dia por uma pessoa rude, cujo mau gênio e língua viperina nem a presença de um estrangeiro podia suavizar. O melhor presente que tive para dar ao velho homem foi a garrafa de conhaque "Grande Marque", uma das duas que eu vinha guardando para as contingências desconhecidas do futuro. Fui obrigado a entrar na casa dele com a garrafa escondida, pois se a esposa soubesse, o velho certamente dele beberia muito pouco.

Havia muitas coisas objetiva e subjetivamente interessantes nessa pequena povoação sertaneja de S. Jerônimo, não deixando de ser uma delas a curiosa ocorrência dos dois pequenos campos, situados no coração de uma região de florestas, a uma distância de quase cinquenta milhas da campina mais próxima. Para benefício daqueles que se interessam por fragmentos de dados geológicos, reproduzi no Apêndice um trecho de uma narrativa que li no ano passado, na Royal Geographical Society, em que mostrei como é explicado o fenômeno. Vale a pena notar a rapidez com que esse oásis no deserto florestal foi conquistado e colonizado logo após a sua descoberta, não obstante a distância que o separava das partes mais povoadas da província. Isso é apenas mais uma prova do valor que se dá à combinação de terras pastoris e aráveis, encontradas nas fronteiras das campinas e em casos que acabo de mencionar.

Deixamos S. Jerônimo no dia 16.¹

Neste relato de Bigg-Wither, cuja experiência vivida remonta entre os anos 1872 e 1875, delinea-se um quadro mínimo da vida de John Henry Elliott e das terras brasileiras (na nossa pesquisa com enfoque principal no Paraná), com sua cultura, costumes e processos de ocupação. Bigg-Wither, no entanto, conheceu Elliott já no final da vida, quando já se iam seus últimos anos no Aldeamento de São Jerônimo do Jatahy.

Já no final desta década de 1870, o que hoje conhecemos como “Paraná Tradicional” estava completamente “conquistado”, suas terras mais férteis e os recursos dela advindos pertenciam aos grandes latifundiários, que bem souberam, dada a informação privilegiada que tinham, usufruir do que havia determinado a Lei de Terras de 1850. E é aí que também, e isto abordaremos futuramente em nosso trabalho, neste período que antecede 1850, portanto durante a década de 1840, que verificaremos a intensa produção de John Henry Elliott; porque neste momento havia se empregado às ordens do Senhor João da Silva Machado, o Barão de Antonina, e sua missão, juntamente com Joaquim Francisco Lopes, consistia da abertura de novas vias (caminhos terrestres e fluviais) para o oeste, chegando até o Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e transpondo fronteiras com a Bolívia, o Paraguai e a Argentina.

Durante esse período foi farta a produção de Elliott, confeccionando mapas, elaborando cartas e produzindo suas aquarelas, pioneiras junto com os Kellers, por exemplo, na representação iconográfica das paisagens e gente do Paraná². John Henry Elliott, o viajante, reunia as qualidades de homem prático, marinheiro, pesquisador, cartógrafo, entre outros, além de artista e escritor. Perfil, evidentemente, típico dos homens e mulheres de ciência do Século XIX; pois as ciências ainda davam seus primeiros passos acadêmicos modernos, ciência e arte não se distinguiam como em nossos dias, portanto é razoável que Elliott assim o tenha sido. Características que verificamos em muitos outros viajantes do período e anteriores, que se aventuraram em terras paranaenses em busca de trabalho, desafios, liberdade criativa, e, em muitos casos, atraídos pelo exotismo da luxuriante paisagem e dos contos fantásticos sobre povos indígenas na América tropical. Fenômeno que já estimulava desde o início do século XVI tantos outros.

¹ BIGG-WITHER, Thomas P. Novo Caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná – Três Anos em Suas Florestas e Campos (1872/1875). Rio de Janeiro/Curitiba: Livraria José Olympio Editora e Universidade Federal do Paraná, 1974.

² Artistas-viajantes e cientistas, como: Jean Baptiste Debret (1768-1848); João Leão Pallière (1823-1887); William Michaud (1829-1902); Franz Keller (1835-1890); Joseph Keller; Gustavo Rumbelsperger (1817-1892); Caroline Templin; William Lloyd (1822-1905); Hugo Galgan; Julius Platzmann; entre outros.

Devemos a Elliott também as primeiras telas representando a então Vila de Curitiba, recém alçada à condição de capital da Província do Paraná, criada em 1853. Elliott, ao que parece, em terras paranaenses dividiu-se entre a vida na pequena Vila de Curitiba e as incursões ao sertão, sempre a serviço do fiel empregador e protetor Sr. Barão de Antonina. Durante esse período de entradas para o sertão produziu mapas, croquis e dedicou-se ao retrato das paisagens paranaenses, deixando um patrimônio de inestimável valor, hoje disperso por museus, instituições de pesquisa e memória e em coleções particulares. Pois, permite-nos inúmeras análises sobre o período, tanto tendo como enfoque a própria obra do autor, como através dela perscrutando os meandros sociais, políticos, econômicos e culturais da província nascente. Envolveu-se Elliott com os índios, fato inevitável, pois desde o Século XVI os povos indígenas eram o “entrave” aos processos coloniais.

Elliott os retratou e conviveu com eles, arroubou-se a escritor, mostrando razoável domínio do idioma português-brasileiro para um americano, mesmo que já adaptado à cultura nacional. Para muitos pesquisadores devemos a Elliott a primeira novela paranaense ³ e indigenista. Pioneiro junto com José de Alencar, que escreveria sua trilogia de novelas indigenistas no mesmo período: O Guarani, Iracema e Ubirajara ⁴. Além disso, muitos apontam que também devemos a Elliott e a outro pioneiro da época, o tipógrafo Cândido Martins Lopes, a publicação do primeiro jornal literário (segundo de temas noticiosos em geral) do Paraná, o Jasmim ⁵.

Precisamos recuar um pouco, porém, para encontrar Elliott, nos primeiros momentos da sua chegada ao Brasil, na década de 1820, chegando até a capital do Império, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que experimentava intensa efervescência econômica e cultural, desde a vinda da família real portuguesa e o assentamento definitivo na colônia em 1808 até a declaração da independência em 07 de setembro de 1822 do Reino de Portugal e a fundação definitiva, sob a aura do “libertador” Dom Pedro de Bragança e Bourbon (I do Brasil e IV de Portugal), do Império do Brasil, que subsistiria por somente 67 anos até a instauração de república em 1889. República que Elliott não viu vicejar, pois seu destino cerrou-se definitivamente em 1888, no Aldeamento Indígena de São Jerônimo. Quando então o engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither, que viera ao país para a implantação das ferrovias inglesas modernas, com ele pudera parlamentar por muitas horas na sua tosca morada, junto à esposa brasileira. Bigg-Wither e Elliott neste

³ Aricó e Caocochée, publicada inicialmente na edição n.º 8 do Jasmim em 08 de novembro de 1857.

⁴ José de Alencar publicou sucessivamente O Guarani em 1857, Iracema em 1865 e Ubirajara em 1874.

⁵ A edição n.º 1 do Jasmim surgiu num domingo, 20 de setembro de 1857.

momento experimentaram a convivência irmanada entre dois anglo-americanos, mergulhados nas selvas tropicais por razões diferentes e em tempos desiguais. Bigg-Wither seguiu seu caminho pela Província do Paraná, até retornar a Londres e ser mais um viajante a publicar relatos importantíssimos das terras brasileiras. Já Elliott aqui expirou, em São Jerônimo, em terras conquistadas pelo Barão de Antonina e junto aos freis capuchinhos e aos povos “exóticos” Jê e Tupi.

Neste estudo, enfocamos, porém, somente a primeira fase da vida e obra de Elliott. Os primeiros momentos de sua estada no Brasil, a fase inicial de suas relações com a Província do Paraná e a Vila de Curitiba. Para tanto, nos detemos a analisar o jornal *O Jasmim*, a novela *Aricó e Caocochée*, além das aquarelas de 1855 e 1865 que retratam a antiga vila. Em estudos futuros procederemos outras análises com relação aos demais aspectos de sua vida e obra, sobretudo quando se empregou com o Barão de Antonina, suas entradas e derrotas pelos sertões, as demais aquarelas, pinturas e mapas retratando as paisagens e as pessoas da Província do Paraná e províncias circunvizinhas, croquis, planos urbanísticos e relatos sobre povos indígenas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

La idea de que a ciência puede y debe regirse según unas reglas fijas y de que su racionalidad consiste em un acuerdo con tales reglas no es realista y está viciada. No es realista, puesto que tiene una visión demasiado simple del talento de los hombres y de las circunstancias que animan, o causan, su desarrollo. Y está viciada, puesto que el intento de fortalecer las reglas levantará indudablemente barreras a lo que los hombres podrían haber sido, y reducirá nuestra humanidad incrementando nuestras cualificaciones profesionales. Podemos librarnos de la idea y del poder que pueda poseer sobre nosotros (a) mediante um detallado estudio de la obra de revolucionarios como Galileo, Lutero, Marx, o Lenin; (b) mediante alguna familiaridad con la filosofía hegeliana y con la alternativa que provee Kierkegaard; (c) recordando que la separación existente entra las ciencias y las artes es artificial, que es el efecto lateral de una idea de profesionalismo que deberíamos eliminar, que un poema o una pieza teatral pueden ser inteligentes a la vez que informativas (Aristófanes, Hochhuth, Brecht), y una teoría científica agradable de contemplar (Galileo, Dirac), y que podemos cambiar la ciencia y hacer que esté de acuerdo con nuestros deseos. Podemos hacer que la ciencia pase, de ser una matrona inflexible y exigente, a ser una atractiva y condescendiente cortesana que intente anticiparse a cada deseo de su amante. Desde luego, es asunto nuestro elegir um dragón o una gatita como compañía. Hasta ahora la humanidad parece haber preferido la segunda alternativa: “Cuanto más sólido, bien definido y espléndido es el edificio erigido por el entendimiento, más imperioso es el deseo de la vida[...] por escapar de él hacia la libertad”. Debemos procurar no perder nuestra capacidad de hacer tal elección.

Paul K. Feyerabend⁶

Para a consecução do nosso trabalho nos utilizamos de alguns referenciais teóricos que consideramos importantes. Alguns autores e obras que nos apresentaram conceitos com os quais julgamos dar conta das nossas proposições. Além disso, outros que com o desenvolvimento de suas pesquisas trouxeram para o campo da historiografia discussões fundamentais, sobretudo sobre a formação da sociedade brasileira, especialmente a partir da segunda metade do Século XIX e primeiras décadas do XX, já no nosso período republicano. Consideramos isso fundamental para a pesquisa, pois ao que nos

⁶ FEYERABEND, Paul K. *Contra el Metodo: Esquema de una Teoría Anarquista del Conocimiento*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974. XV: Conclusion. p. 136-137.

propusemos como tema, a vida e a obra de um viajante do Século XIX, consideramos encontrar elementos de transição para a formação moderna da nação brasileira, presentes especialmente no período imperial no Segundo Reinado, com o espírito empreendedor do “imperador cientista” Dom Pedro II. Neste caso nos dedicamos a verificar os trabalhos da pesquisadora Lilia Moritz Schwarcz (2001), sobretudo nas suas pesquisas *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil /1870 – 1930* e *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, Um Monarca nos Trópicos*. Estes trabalhos, especialmente o primeiro, nos permitem verificar como se formou no Brasil o mito das raças e de como ao mesmo tempo buscava-se construir uma sociedade moderna e capitalista, baseada nos conceitos deterministas oriundos das ciências no período, e de como agiram as instituições públicas e privadas, agrupadas em torno da elite nacional, na construção e disseminação desses pensamentos como valores sociais, instrumentalizando o Estado para tal fim.

Ao mesmo tempo, como procuramos verificar o projeto de unificação territorial do Brasil nesse momento histórico, que foi gerador da profunda mobilidade interna do espaço e da nossa paisagem, trabalhamos com alguns conceitos da geografia, especialmente encontrados nos trabalhos de Milton Santos e Antonio Carlos Robert Moraes (2008). Em Milton Santos (2008), nos seus livros *Por Uma Geografia Nova* e *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*, encontramos conceitos que nos ajudam a melhor entender os fenômenos ocorrentes e decorrentes da ação do homem no espaço. Conceitos como *Estrutura, Processo, Função e Forma* nos mostram como são importantes as categorias fundamentais do estudo do espaço que são a totalidade e o tempo. Demonstrando como a não homogeneidade do espaço impõe a noção de lugares, que em escala criam as frações de espaços dentro do espaço total. Daí um de seus paradigmas: o espaço como uma acumulação desigual de tempos. No nosso trabalho esses conceitos ajudam a entender como o espaço, como os sertões, e o tempo, seus lugares sociais, ou a cultura, dos índios e dos demais brasileiros estavam em relação conflituosa com o espaço total, a nação em unificação. Da qual é parte integrante as entradas dos viajantes e os novos processos colonizadores. E de como essas relações, gerando inúmeras superposições e conflitos, acabaram por determinar o fim do lugar histórico dos indígenas e dos próprios indígenas, tomados pelo espaço total, gerador de novos lugares, através da transformação profunda da paisagem e das culturas locais.

Com a obra *Território e História no Brasil* de Antonio Carlos Robert Moraes (2008) verificamos abordagens importantes como a relação entre a formação colonial e a conquista de espaços, mostrando como todo processo colonizador implica na conquista de

territórios, alargando para o colonizador a totalidade do seu próprio território. Em um dos trechos dessa abordagem esclarece: “*Contudo, nem toda expansão resulta diretamente em colonização. Para que ela ocorra é necessária uma efetivação da ocupação do espaço, isto é, a colonização é um assentamento com certa dose de fixação e perenidade (mesmo que historicamente transitória)*”. (Moraes, 2008, p.63). Esse trecho é sintetizador das abordagens que fizemos na tentativa de entender os processos que moveram nossa integração nacional na segunda metade do Século XIX, o Segundo Reinado, e a transição para construção da república. As aberturas de caminhos e vias em territórios “sertanejos” e o estabelecimento dos aldeamentos e das colônias militares, inclusas suas transitoriedades, por exemplo, são bem representativos desse momento colonizador interno, e de como isso implicou na criação de uma nova paisagem territorial e cultural da nação, através da formação de novas estruturas nas terras incorporadas. Estruturas essas criadas a partir de um poder central, a Corte, e conforme procuramos demonstrar tendo como centros difusores das idéias científicas e capitalistas importadas pelas nossas elites as “instituições de ciência” do período. Demonstrando, ao mesmo tempo, que nosso modelo colonizador era somente a refração de um processo global do capitalismo na sua fase já industrial que nos impulsionava à modernidade.

Recorremos também ao trabalho *História, A Ciência dos Homens no Tempo* de José Carlos Reis (2009), um estudioso da *École des Annales*, sobretudo por nos fornecer uma balizada compreensão do desenvolvimento da história como ciência. Desde seus primeiros momentos até sua consolidação nos Séculos XIX e XX. A obra, de cunho epistemológico, revela as relações da história com a filosofia, as ciências sociais e a psicologia, por exemplo, demonstrando como na sua evolução foi incorporando diferentes conceitos para explicar o “tempo histórico”, ou a interpretação da relação factual dos homens com os fenômenos físicos da terra e a sua relação-ação com eles, o que determina a construção das suas próprias sociedades. O autor, assim, demonstra as diferentes interpretações dadas pela história no estudo das sociedades humanas, fazendo uma historiografia da ciência da história, no que tange ao conceito de tempo. Este trabalho contribui para a compreensão da importância de como devemos ter clareza sobre os conceitos que seguimos na construção de um trabalho científico, pois é o que acabará por determinar a plausibilidade ou não das nossas pressuposições.

Detivemos-nos também ao estudo da obras de alguns autores como Eric Hobsbawn e Terence Ranger (1984), Jacques Le Goff (2003) e Sérgio Buarque de Holanda (1994). Dos primeiros fizemos a releitura de *A Invenção das Tradições*, justamente por entender a

importância de que as sociedades humanas se fixam na história, e através dela podemos compreender que a presente está em profunda relação com o passado, participando de um construto, que pode ser verificado através do estudo crítico das fontes. Que, portanto, o presente retém heranças do passado, e que ao apontar, nesse mesmo sentido processual, para o futuro está constantemente se reproduzindo, onde os homens são fundamentalmente os construtores da história. De Sérgio Buarque de Holanda (1994) estudamos a obra *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimento do Brasil*, justamente na tentativa de entender as razões míticas que motivaram o “achamento” da América e do Brasil e de como isso acabou por configurar todo um conjunto de representações exóticas por parte dos europeus da terra e dos indígenas. Representações, que a nosso ver, permaneceram com inúmeras variações até o Século XIX com a chegada e estabelecimento da Corte na colônia, e de como, mesmo nas ciências nascentes do Século XIX, essas representações permaneciam, então reconfiguradas através das explicações racionais e científicas. Verificamos, assim, as similaridades das impressões dos viajantes e missões científicas do Século XIX com a dos primeiros viajantes do Século XVI. E de como esses povos e paisagens da América Tropical para os primeiros precisavam ser redimidos por um civilizamento de bases teleológicas cristãs; e para os segundos por uma civilização moderna e cientificamente planificável, onde, no entanto, esse mesmo civilizamento teleológico do indígena e dos africanos cumpria um papel transicional. Ao mesmo tempo realizamos recorrentes estudos da obra *História e Memória* de Jacques Le Goff (2003), entendendo como é importante para avaliar os conceitos de antiguidade e modernidade, postos em confronto em nosso próprio trabalho. E também o conceito de progresso, elemento importante do discurso das nossas elites nessa “nação em transformação” do Século XIX para o XX, e ainda mais importante no nosso republicanismo positivista. A discussão também proposta por Le Goff (2003) sobre as relações entre os conceitos documento e monumento também é bastante instigadora. Com esses conceitos é interessante verificar como no Segundo Reinado, através de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, entre outras, por exemplo, se realizou toda uma construção da nossa história a partir do trabalho originário de Carl. F. P. von Martius e dos sucessivos relatos e comunicações de cunho histórico e geográfico. Representando um forçado rompimento com o passado colonial, erigindo-se todo um conjunto de representações para nossa nova identidade. Identidade que será retomada e transformada pelos republicanos, num novo projeto de reconstrução nacional. Onde permanecerão fatos-relatos históricos e personagens, já icônicos,

documentos-monumentos, elegidos como fundantes da nossa nova identidade e outros que serão “construídos” para firmar essa mesma identidade, neste momento militarista, positivista e republicana.

No conjunto do nosso trabalho, a vida e a obra do viajante americano John Henry Elliott no Brasil do Século XIX, dedicamos um capítulo ao estudo de seus trabalhos literários, especialmente a sua novela, além dos relatos, dos mapas e das pinturas em aquarela. Embora não tenha auferido quase nenhuma relevância literária, ela, porém, é reveladora dos fatos históricos do período e se constitui em importante documento no conjunto da obra do viajante. Procedemos, também, com isso, a leitura em nossos referenciais teóricos de Mikhail Bakhtin (2010), *Estética da Criação Verbal*, com a tradução e introdução para o português do professor Paulo Bezerra, da Universidade Federal Fluminense. Com Bakhtin (2010) aprendemos a verificar as relações preexistentes entre o autor e a obra, na medida em que esta vai se tornando independente dele, pois vão se libertando gradativamente as personagens do seu criador, na medida em que passam a ter vivenciamento próprio. Embora o autor seja a energia criadora das personagens que vão determinar as muitas linguagens na estrutura interna da obra literária; estas, porém, como diz Bakhtin (2010, p. 6) “começam a levar uma vida autônoma no mundo”. Por outro lado, algumas categorias centrais do pensamento de Bakhtin, como diz o professor Paulo Bezerra, como isotopia, ou distanciamento, vivenciamento, sentido, ativismo, etc. são fundamentais, não somente para o entendimento do seu pensamento, mas, essencialmente, para a aplicação no estudo de obras literárias.

Também nos dedicamos ao estudo de uma obra emblemática, em tradução espanhola já que não a encontramos em português, *Arte y Percepción Visual – Psicología de la Visión Creadora* de Rudolf Arnheim (1976). O autor é um dos representantes da Gestalt, escola austro-alemã que se dedica ao estudo da percepção. Esses estudos sobre a dinamicidade do cérebro na sua interação com os elementos observáveis pareceram-nos bastante interessantes para um conjunto de análises de obras de arte, como a pintura, por exemplo; já que fazem parte do nosso trabalho as pinturas de Elliott. Com este autor, a partir de sua escola científica, aprendemos a verificar categorias como equilíbrio, forma, desenvolvimento, espaço, luz, cor, movimento, tensão e expressão, presentes na relação co-respondente entre nossa percepção e os objetos no espaço, e isto consideramos bastante útil para o conjunto das análises estilísticas, e mesmo estéticas, de uma obra de arte, no nosso caso a pintura.

No conjunto das dissertações e teses que pesquisamos demos especial atenção à tese do professor Luis Afonso Salturi, intitulada *Frederico Lange de Morretes, Liberdade Dentro de Limites: Trajetória do Artista-Cientista*, defendida na UFPR, no curso de sociologia, em 2007. Sobretudo, pelas similaridades que encontramos entre seu estudo e o nosso, que é a discussão sobre um personagem e as relações sociológicas entre sua vida e obra como elementos representativos das tradições e contradições inerentes ao seu tempo histórico, e que se dão como elementos formadores e representativos desse mesmo período. Assim, embora primariamente, verificamos também as categorias teóricas propostas por Bourdieu (2000) de análise do mundo social, ou das relações indivíduo e sociedade. Um dos referenciais da tese citada. Que são as categorias interacionista, ou fenomenológica, a experiência do indivíduo em relação ao mundo, dado pelas suas aparentes evidências; a objetivista, cujas correntes teóricas, entre elas o estruturalismo e o marxismo, contribuem para o rompimento desse caráter naturalista primário, gerando estruturas objetivas de compreensão do mundo; e, por fim, a praxiológica, que como síntese dialética das anteriores permite ultrapassar os limites dados por ambas. Ao estudarmos a sociologia de Bourdieu, fatalmente adquirimos uma constante revisão crítica da “evolução” das nossas próprias perspectivas teóricas, quando assumidas na pesquisa científica.

Por fim, e o que consideramos de grande relevância, são os estudos que temos feito nas áreas da epistemologia e da filosofia da ciência propiciados pelo filósofo anarquista Paul K. Feyerabend. Nossas leituras durante a consecução desse trabalho se concentraram, sobretudo, nos seus ensaios *Contra El Metodo – Esquema de uma Teoría Anarquista del Conocimiento*, edição espanhola de 1974, e *Diálogos Sobre o Conhecimento*, edição brasileira da Editora Perspectiva de 2008, com tradução de Gita K. Guinsburg. O ensaio *Contra o Método* é um trabalho revolucionário, pois nele Feyerabend defende, citando V. I. Lenin em *Left Wing – Communism, an Infantile Disorder*, como “*la historia em general, y la historia de las revoluciones em particular, es siempre más rica em contenido, más variada, más multilateral, más viva y sutil de lo incluso el mejor historiador y el mejor metodólogo pueden imaginar*”; e com isso como a assunção radical de conceitos e métodos pré-determinados acabam por limitar o entendimento dos nossos objetos de estudo, a partir de uma ciência que só tem sentido porque foi criada por nós mesmos. No decorrer do ensaio sugere que uma metodologia pluralista é necessária, tanto para o avanço do conhecimento como para o desenvolvimento da individualidade da pessoa estudiosa. O trabalho traz um conjunto de argumentos que sustenta como momentos

revolucionários da história da ciência foram realizados justamente porque seus protagonistas, cientistas como Galileo, Lutero, Marx, Copérnico, etc., se insurgiram contra consensos e métodos *a priori*. Observado que a separação entre ciência e arte é artificial e que podemos eleger diferentes conceitos e metodologias num trabalho científico, já que uma das principais características da ciência moderna é justamente sua universalidade. Por isso, ainda propõe no apêndice do ensaio a possibilidade de uma ciência sem experiência.

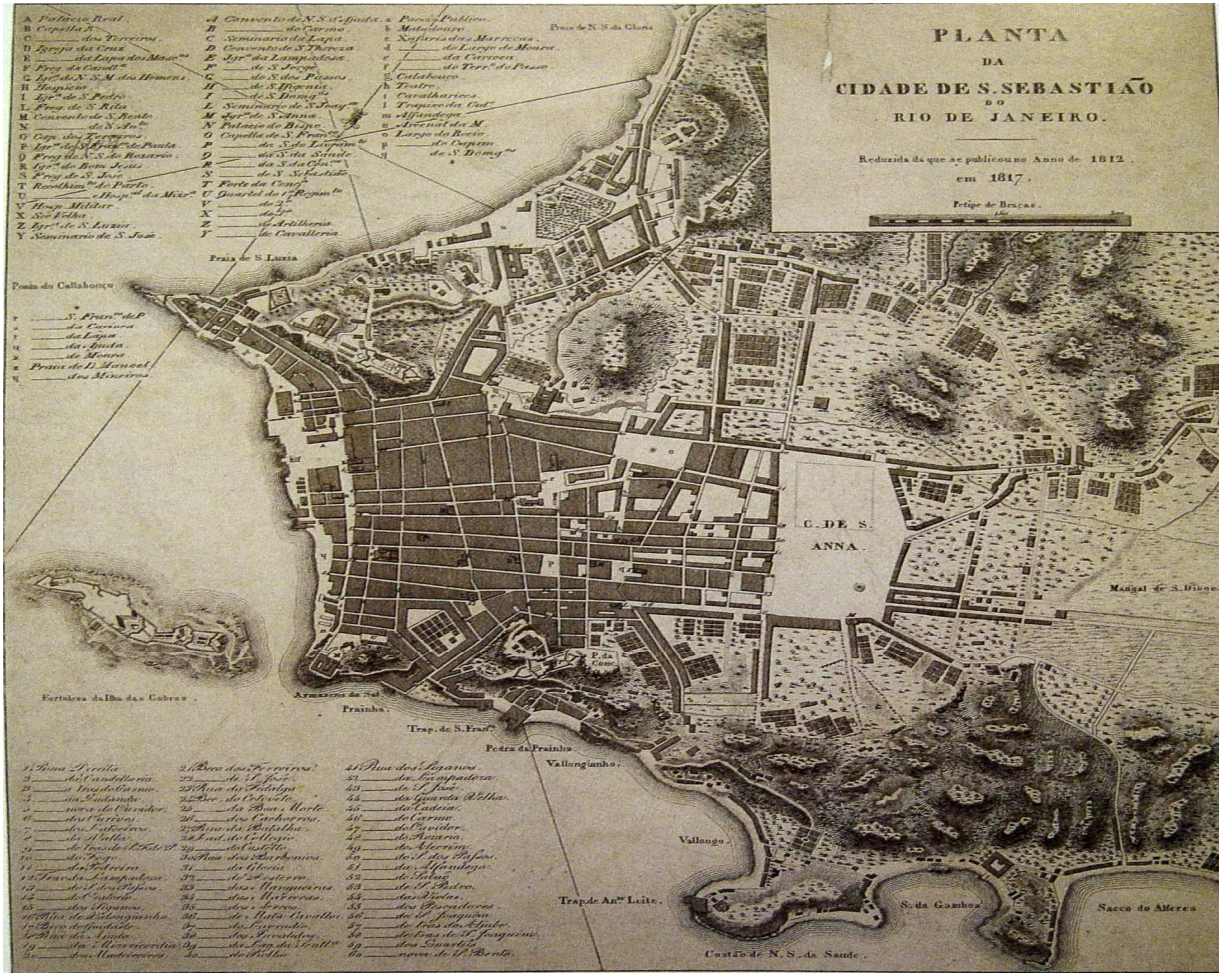


Figura 1: cidade do Rio de Janeiro. Planta. 1817. In: *Imagens da Formação Territorial Brasileira*, Fundação Emílio Odebrecht, RJ, 1993.⁷



Figura 2: Paisagem do Rio de Janeiro. Período Imperial. In: *Imagens da Formação Territorial Brasileira*, Fundação Emílio Odebrecht, RJ, 1993.

⁷ Planta elaborada por ordem do Príncipe Regente Dom João em 1808. Impressa em 1812 na Imprensa Régia. O documento original está na Imprensa Oficial.

3 DIÁRIO: TRAJETÓRIA DE VIAJANTE

Muitos foram os viajantes que se aventuraram em terras brasileiras. Desde os primeiros séculos da ocupação colonial até o Século XIX, onde ocorre o importante movimento imigratório moderno europeu, especialmente para as províncias do sul; entre essas o Paraná da segunda metade desse mesmo século.

Deter-nos-emos em discorrer mais sobre esse período, pois é nesse momento que se dá o desencadeamento do que podemos chamar de Paraná pré-moderno. Uma província recém criada e onde começa a se delinear as características presentes até nossos dias. Período em que seria fartamente retratado por cronistas e viajantes, e que nos permite uma leitura iconográfica dessa construção identitária, quer seja na economia, nos costumes, na apropriação e ressignificação cultural do sertão, do oeste, e do indígena.

Podemos inferir características fundamentais que vão se fazendo. O desenvolvimento tecnológico e industrial, próprio do capitalismo que começa a se transnacionalizar no Século XIX. A indústria do mate e o ciclo das tropas que, coexistindo com a mineração, o pastoreio e a extração de madeira, a rede urbana da capital com as primeiras fábricas e a fundação de vilas e cidades no oeste, gradativamente vão transformando a província. Esse processo acabou por diminuir a distância cultural entre o campo, outrora sertão bravio, e a vila; que paulatinamente vai se transformando em cidade. Esse quadro regional possui uma relação intrínseca com as mudanças pelas quais passava o mundo. A província torna-se exportadora, comunica-se com seus vizinhos locais e os portos, incipientes ancoradouros antigos que séculos atrás receberam os primeiros conquistadores, tornam-se redes fundamentais para o desenvolvimento econômico. Esses mesmos portos recebem os viajantes do dezenove, pessoas que vêm com diferentes finalidades, e em muitos casos como empregados de companhias ferroviárias e industriais ou profissionais contratados pelo Governo Imperial para dar seqüência ao desenvolvimento da nação. Nação que desde 1808, na ótica da Corte, agora “nacionalizada”, é constantemente construída e reconstruída para atingir o status de civilização.

É o caso de Bigg-Wither, dos Keller e William Lloyd, engenheiros ferroviários. Ou Avé-Lallemant, que veio como médico ao Rio de Janeiro e depois membro do Conselho de Saúde do Império. Além, é claro, das missões artísticas e científicas, que sob os auspícios da Corte tinham como principal função fundar escolas e perscrutar o país à

busca do entendimento da sua fauna, flora e gente. Senão, também, aqueles muitos que vieram para formar colônias, perceber a nova terra sob a ótica primeira de suas origens, como Michaud, Dr. Faivre, Julius Platzmann e outros. Muitos formados na escola européia e americana de ciência e arte, sensíveis aos apelos dos costumes e da paisagem luxuriante acabaram, ao retratar sua contemporaneidade, contribuindo para a historiografia do Paraná e do Brasil. Este é o caso também de John Henry Elliott.

O desenvolvimento da cultura e da imprensa escrita é também significativo no período, já na segunda metade desse século aparecem os jornais e as revistas recreativas e literárias, em geral ligadas aos clubes e entidades associativas. Como o jornal Dezenove de Dezembro, cuja primeira edição circulou em 1854. Vale salientar que embora tenha perdido o posto de capital da nova província para Curitiba a Vila de Paranaguá ainda continuava a ser um dos mais importantes centros econômicos e culturais local, e assim o foi até as primeiras décadas do Século XX. Veja-se, por exemplo, a quantidade significativa de jornais que se publicavam em Paranaguá em fins desse século ⁸. Já O Jasmim, o primeiro jornal literário - e recreativo - se põe em um lugar de destaque na história, pois demonstra a ousadia de seus criadores: um jornal literário de iniciativa particular, em uma província que mal começava a ganhar uma identidade histórica.

Esse quadro nos leva a inferir que realmente se formava nestes momentos históricos um Paraná nos limiares da modernidade. Que se consumaria com o domínio e a fundação das novas cidades no interior nas primeiras décadas do Século XX, com o avanço da cultura cafeeira e da agroindústria – e que terá um segundo momento fundamental no centenário com o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, entre 1951 e 1955.

No espírito desse desenvolvimento das ciências da época, significadas em grande parte pelas ciências naturais e geográficas, formaram-se muitos desses literato-cientistas, aventureiros e viajantes, que no exercício do trabalho e da investigação comum ao período, tornaram-se cronistas fundamentais de uma época.

Veja QUADRO 01 abaixo de algumas missões artísticas e científicas no Brasil no século XIX:

⁸ CARVALHO, José Luiz de e ARANTES, Aimoré I. B. Arantes. O Comércio no Paraná: Uma História de Conquistas. Curitiba: Fecomércio, 2008.

ANO	MISSÃO	OBJETIVO	PRODUÇÃO	PERSONAGENS
1815 1817	Príncipe Alemão Maximiliano Von Wied-Neuwied	Coletar espécies, fazer pesquisa	Pesquisa flora e fauna Etnologia Lingüística	Max V. Braunsberg
1816	Francesa	Criar Escola Sup. Belas Artes	Pinturas, música, desenho, arquitetura	J. Lebreton J. B. Debret N. A. Taunay
1817 1821	Austro-alemã	Acompanhar Princesa Leopoldina futura esposa de D. Pedro I	Pesquisa fauna e flora pinturas, publicação na Alemanha	Carl Friedrich, P. V. Martius, Johann B. V. Spix, Thomas Ender
1829	Langsdorff	Diplomacia: Brasil de D. Pedro I e Rússia Czar Alexandre I	Pinturas, desenhos, pesq. fauna e flora	Barão Langsdorff J. M. Rugendas A. A.. Taunay Hercule Florence Nestor Rubtsov
1856	Comissão Científica Brasileira	Fazer pesquisa, coletar espécies	32 artigos Diário do RJ 1860-1862	Guilherme Schuch de Capanema (Barão Capanema) Manoel Francisco de Carvalho

Neste QUADRO 02 estão listados alguns viajantes no Paraná do Século XIX. Salientamos, porém, que deixamos de incluir muitos nomes importantes, inclusive aqueles que se radicaram definitivamente no país, tornando-se cidadãos pátrios. No entanto, o quadro somente pretende ser uma indicação da importância desses personagens. Pesquisas futuras devem sem dúvida dar-lhes maior visibilidade:

ANO	VIAJANTE	FUNÇÃO / OBJETIVO
1816 – 1831	Jean Baptiste Debret	Missão artística francesa
1820	Auguste de Saint-Hilaire	Pesquisa
1837 – 1840 Pesquisa	Daniel P. Kidder (RJ)	Evangelização protestante,
1851 – 1855 pesquisa	James Cooley Fletcher	Evangelização protestante,
1845 – 1888	John Henry Elliott	Pesquisa
1857 – 1862	Johann Jakob Von Tschudi	Superintendência empresas
	Mineradoras em Minas Gerais e Embaixador suíço	
1858	Robert Ave-Lallemant	Pesquisa
1858 – 1864	Julius Platzmann	Pesquisa
1860 pesquisa	Franz e Joseph Keller	Engenheiros ferroviários,
1860 naturalizado francês	João Leão Pallière	Pintor e arquiteto. Nascido no RJ,
1872 – 1875	Thomas P. Bigg-Wither	Engenheiro ferroviário
1887	Robert Helling	Engenheiro ferroviário

3.1 JOHN HENRY ELLIOTT (1809-1888)

Muito pouca informação possuímos da biografia de John Henry Elliott antes de sua chegada ao Brasil, no Rio de Janeiro, em data provável de 1825 ou 1826. As fontes bibliográficas são escassas e talvez uma das mais importantes delas seja o trabalho publicado pelo professor David Antonio da Silva Carneiro (1987), *John Henry Elliott e Outros Pioneiros Americanos no Paraná*, resultado de conferência proferida no Centro Cultural Brasil - Estados Unidos de Curitiba em 8 de junho de 1962. Esta publicação veio em conseqüência da edição de um primeiro trabalho de Carneiro (1943) sobre a influência norte-americana nas artes plásticas do Paraná feito pelo Rotary Club de Curitiba, nos idos de 1952.

Portanto, muito pioneiramente David Carneiro havia percebido a importância dos americanos na nossa formação cultural e, naturalmente, a magnitude da figura de Elliott, até então praticamente desconhecido na nossa historiografia.

As poucas informações sobre a origem de Elliott nos chegaram, primeiramente, através dos trabalhos de David Carneiro; Newton Carneiro (1950) com sua *Iconografia Paranaense: Anterior à Fotografia*, editada em 1950 pela Imprensa Paranaense; Visconde de Taunay com a obra *Estrangeiros Ilustres e Prestimosos no Brasil*; Ermelino de Leão (1926) em seu *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*; e mais recentemente também citado no *Dicionário das Artes Plásticas no Paraná* de Adalice Maria de Araújo (2006). Demais informações temos de outros autores além destes, que arrolamos em nossas referências, no entanto essas se encontram dispersas e, até onde podemos inferir, não foram condensadas num único trabalho que nos possibilite uma visão e compreensão mais ampla da vida e do trabalho de Elliott.

Essas referências nos indicam que aportou em terras brasileiras entre os anos de 1825 ou 1826 no Rio de Janeiro, então capital do império, a bordo da fragata *Cyanne* sob o comando do Comodoro Jesse Duncan Elliott, provavelmente um parente seu. É “incerta” a data e o local de nascimento de Elliott nos EUA, mas David Carneiro⁹ nos dá algumas pistas:

De acordo com deduções tiradas de suas próprias declarações ele nasceu em 1809 e os disse à **pessoa que nos transmitiu tal informação** reproduzida adiante, o lugar no qual o fato ocorreu foi o Leste dos Estados Unidos, Maryland onde os Elliotts com o nome escrito

⁹ CARNEIRO, David. *John Henry Elliott e Outros Pioneiros Americanos no Paraná*. Capítulo I: Elliott, Sua Vida: O Marinheiro. Curitiba: EDUCA, 1987.

com duplos ll e com duplos tt é comum. Por isso pensamos em Boston, como sua cidade natal, a princípio, sabendo recentemente se Philadelphia.

Essas inferências têm sido em geral aceitas pela maioria dos pesquisadores, porém carecemos de documentação americana de época para aferir cuidadosamente as informações. Outro dado relevante que retiramos de Carneiro (1987), e por isso o negrito em parte da citação, é que a fonte citada baseia-se no relato de Bigg-Wither quando de sua passagem pelo Paraná e da pequena convivência que teve com Elliott. A julgar por isto, precisamos acreditar que tenha concisamente “tomado nota” das conversas entre ambos e preservado essa valiosa informação, dada pelo próprio Elliott.

Por outro lado, nessa mesma obra Carneiro descreve uma pequena genealogia de Elliott, atribuindo a fonte das suas informações à “professora Patrícia Watson”, certamente pessoa de seu conhecimento à época e que lhe trouxera esses dados por algum meio próprio. Além de atribuir o nascimento de Elliott na Philadelphia diz que seu pai chamava-se Saint Clair Elliott, mas que ficara órfão muito cedo, pois este havia sido morto por índios em Maryland. Já Jesse Duncan Elliott era um tio, que o trouxe para o Brasil na condição de *midshipman* ou *middy* na *Cyanne*¹⁰.

A considerarmos essas informações, tinha Elliott somente 16 ou 17 anos quando chegou ao Brasil, portanto ainda um menino aprendiz de marinheiro que aspirava a carreira de oficial, e que já se aventurava às regiões distantes do globo, neste caso o atlântico sul. Situação impressionante para a época, sobretudo se considerarmos a precariedade da navegação no Século XIX, além das limitadas relações entre as nações. A independência dos EUA havia sido proclamada pela declaração de 04 de Julho de 1776, não mais do que somente 40 anos antes da chegada ao Brasil. Além disso, entre 1812 e 1815 os Estados Unidos da América e Inglaterra ainda se confrontaram em mais uma guerra que definitivamente consolidaria a independência das 13 colônias e a fundação definitiva dos Estados Unidos da América. Não era ainda, portanto, os Estados Unidos uma nação hegemônica, embora as características expansionistas e imperialistas, herdadas da Inglaterra, já se desenhavam na política e na economia americana do período.

Caso semelhante ocorria no Brasil. A família real portuguesa – com o apoio e a logística inglesa - havia desembarcado no país, “em fuga” das invasões napoleônicas na Europa, não havia mais do que uma década; portanto da colônia pujante começava a se desenvolver o império, tanto do ponto de vista político-administrativo e econômico, como cultural. A abertura dos portos em 1808 com a chegada da família real é que possibilitou o

¹⁰ Midshipman ou Middy: estudante, ou aprendiz, de oficial marinheiro.

aumento intensivo do comércio com as demais nações, colocando o Rio de Janeiro na rota internacional do comércio mundial da época e permitindo o estreitamento diplomático com as grandes nações; entre elas a mais promissora de todas, além da poderosa Inglaterra: os EUA.

Resta-nos a pequena dúvida se o Cyanne aportou no Rio de Janeiro em 1825 ou 1826; o certo é que vivia o império momentos turbulentos nas questões internas e sul-americanas, a diplomacia com os vizinhos não ia bem e os conflitos, sobretudo os da Bacia do Prata traziam enormes problemas para o Império do Brasil. A Província da Cisplatina revoltara-se e a guerra era iminente entre o Império e a recém proclamada Províncias Unidas do Rio da Prata.

A marinha brasileira ainda não era suficientemente organizada e contava com poucos efetivos em suas esquadras. Tornou-se comum no período o recrutamento de marinheiros, comandantes e oficiais estrangeiros para a esquadra brasileira, fato que também acontecia com as forças inimigas, especialmente ingleses e americanos; que a convite direto de D. Pedro I podiam ter o “orgulho” de compor as forças brasileiras na defesa da fragmentada província, que há muito, liderada por patriotas dos quais falaremos adiante, se rebelara contra o imperador. E é neste cenário que o menino, ou o jovem, John Henry Elliott se irmanará aos brasileiros e selará definitivamente seu futuro e destino em terras brasileiras, pois sua pátria natal jamais voltaria a ver.

Convidado pelo próprio imperador para compor a esquadra brasileira, segundo a maioria dos autores, o Comodoro Jesse Duncan Elliott declinou elegantemente da honra, mas ofereceu, em troca de vantagens imperiais, os serviços do jovem sobrinho John Henry. Então com não mais de 16 anos completados.

Elliott participou então da malfadada investida da esquadra brasileira comandada pelo Capitão James Sheperd à Carmem de Patagones, em 1827, às margens do Rio Negro, então território da disputada Cisplatina, atual território do Uruguai. Derrotada, a esquadra brasileira dispersou-se; Elliott foi preso junto com outros combatentes brasileiros e estrangeiros a serviço do Império. Segundo o que nos apontam muitos dos pesquisadores teria permanecido por um bom tempo, cerca de “dois anos”, cativo no presídio argentino de Rio Salgado. Possuímos muito pouca informação desse momento da sua vida, provavelmente retornou para o Rio de Janeiro.

O modo e o período no qual conheceu o Sr. João da Silva Machado, o Barão de Antonina, é ainda bastante obscuro. Neste momento da sua biografia algumas das principais bibliografias divergem. Newton Carneiro (1950), por exemplo, na *Iconografia*

Paranaense relata que o Barão o conheceu em São Paulo, e que neste momento era acompanhado da primeira esposa. Esta conclusão tirou a partir da obra *Brazil and the Brazilians* de Kidder and Fletcher que discorre sobre a viagem do pastor protestante J. C. Fletcher entre os anos de 1851 e 1855 no Brasil. No capítulo XXI, página 396, o autor descreve um encontro com um engenheiro ferroviário de sobrenome Elliot e sua esposa que lhe mostrou, inclusive, livros de boa literatura americana, causando no pastor nostalgia da terra natal. O trecho diz:

On the morning of the 21st of June, I left the city of San Paulo for Limeira. Before starting, I called upon Messrs. E. and C., two English engineers who had come out to make the surveys for a carriage-road into the interior. In the bookcase of Madam E. I found many an old friend. How curious it was to see Cheever's "Windings by the Waters of the River of Life", Hamilton's "Life in Earnest", and other good books, in this distant city, whose very existence was perhaps unknown to the authors mentioned ! I was loath to leave the agreeable company at Mr. E.'s; but my mules, horse, and conductor were all ready, and now, with this cavalcade, vamos.¹¹

É interessante notar que não versão original da obra *Brazil and the Brazilians* os autores, editada pela primeira vez em 1857 e agora disponível digitalizada pela Google Books, não citam os nomes por inteiro, nem de Elliot, nem de sua senhora, pontuando somente o sobrenome; deste modo é realmente temerária e precipitada a conclusão que se tratava de John Henry Elliott.

Ocorre, também, por outro lado, que David Carneiro (1987) na obra *John Henry Elliott e Outros Pioneiros Americanos no Paraná* contesta a informação de Newton Carneiro (1950) afirmando ser este o engenheiro inglês William Elliott, que junto com o também inglês John Camonn veio ao Brasil em 1855 para trabalhar na construção da estrada geral de Santos a São Paulo, e que teria Newton Carneiro sido induzido a erro, pois havia corroborado essa informação a partir das inferências citadas por Agostino Ermelino de Leão no seu *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*.

Por ora, é-nos difícil precisar o estabelecimento de Elliott em Curitiba, ou mesmo quando realmente conheceu o Barão de Antonina. Porém, em 1845 já realizava junto com Joaquim Francisco Lopes sua primeira entrada pelo sertão da ainda Província de São

¹¹ Rev. D. P. Kidder, D.D., and Rev. J. C. Fletcher. *Brazil and the Brazilians – Portrayed in Historical and Descriptive Sketches, Illustrated by Hundred and Fifty Engravings*. Philadelphia, Childs & Peterson, 1857. (Documents Google Books)

Paulo, explorando os Rios Paranapanema, Ivaí e Corumbataí, sob as ordens e expensas do barão ¹².

Dessas entradas, sempre tendo como ponto de partida ou referência a Fazenda Peritua de propriedade do Barão, Elliott tirava suas *Vistas*, que é a terminologia utilizada para as aquarelas que pintou dos lugares e pessoas que conheceu. Ao mesmo tempo, como *piloto e mapista* ¹³ - designações encontradas em todos os relatórios do IHGB da época apresentados pelo Barão de Antonina que era membro da instituição - elaborava seus mapas e croquis. Bem como suas *Vistas* de Curitiba, cuja aquarela pioneira data, provavelmente, de 1855. Apenas dois anos após a Província do Paraná ser estabelecida e a *Villa de Curityba* ser alçada à condição de capital.

De sua residência em Curitiba pouco sabemos; no entanto, é crível observar que teve importante participação na vida cultural da capital, pois publica sua novela indigenista *Aricó e Caocochée* em 1857 no *O Jasmim*, que teve poucos números editados pela tipografia de Cândido Martins Lopes, provavelmente parceiro de Elliott na fundação do periódico literário. Análise que também faremos dessas publicações pioneiras nos capítulos posteriores.

As andanças e o trânsito de Elliott pela província devem ter sido intensos e a condição de “cartógrafo-mapista” a serviço do barão permitiram-lhe conhecer o território, comunicar-se com pessoas e vivenciar parte dos fatos que relatou, por exemplo, na sua novela. Os territórios de São Paulo, do Paraná - ainda nas primeiras entradas parte da Província de São Paulo - e do Mato Grosso tornaram-se comuns a Elliott e Lopes. E como empregados do Barão e abridores de frentes pelo sertão possibilitaram a este estabelecer suas posses de terras e seus domínios sobre as os territórios indígenas. O barão como senador do Império pela Província de São Paulo “antevia” a publicação de Lei de Terras de 1850, que garantiria o registro legal das terras posseadas – assunto que também abordaremos adiante.

Atribui-se também a Elliott um retrato do Dr. Jean-Maurice Faivre. Ao observarmos os roteiros das entradas vemos que a Colônia Thereza Cristina, fundada pelo Dr. Faivre, era lugar de passagem, e talvez pouso, das expedições, do mesmo modo que a Fazenda Fortaleza, além de outros lugares próximos da Estrada Geral, a Estrada das Tropas. Elliott provavelmente visitava-o com freqüência. Geograficamente as fazendas mais a sudoeste dos Campos Gerais e a Colônia Thereza Cristina estavam nos arrimos de entrada para os

¹² Essas bandeiras, intituladas à época Entradas e Derrotas, abordaremos mais detidamente no Capítulo IV intitulado Entradas, Derrotas e Aventuras Sertanejas.

sertões do Tibagi, Guarapuava e Palmas. Assim como os Campos do Inhonhô e o porto estabelecido por Lopes e Elliott no Rio Congonhas estrategicamente localizados para as entradas para os domínios dos Rios Paranapanema, Ivaí e Paraná e os confins do Mato Grosso.

Por isso que a conquista da Serra do Apucarana na segunda entrada realizada por ambos é tão importante, pois pela primeira vez vislumbraram, como previra o barão, segundo relato do próprio Elliott, a importância da conquista da serra e dos domínios dos Campos de Inhonhô, que seria renomeado por eles de Campos de São Jerônimo, para as empreitadas em direção ao norte e ao Baixo Paraguai. Importante domínio geográfico do Império do Brasil nas questões de limites que se avizinhavam já na década de 1840 com o Paraguai. Cujo conhecimento, ocupação e presença na bacia do Baixo Paraguai seria de extrema importância geopolítica para o Brasil na Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança, que viria em 1865.

Atribui-se ainda a John Henry Elliott a execução dos planos urbanos de Tibagi, São Jerônimo, Santa Bárbara, entre outros. David Carneiro, em matéria própria publicada no *Jornal O Dia*¹⁴, relata uma conversa que teve com o Sr. Edmundo Mercer sobre o projeto urbanístico de Tibagi que teria sido feito por Elliott. Esta matéria faz parte do acervo do Museu Municipal Desembargador Edmundo Mercer Júnior de Tibagi e a planta original se encontra sob a guarda do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

Após o estabelecimento do Aldeamento de São Jerônimo do Jatahy, em 1859, nos outrora Campos do Inhonhô, em terras posseadas e doadas pelo barão, Elliott aí se estabelecerá junto à administração inicial de Joaquim Francisco Lopes. Casa-se, então, supomos que em primeiras núpcias, com a brasileira Reginalda Sotil. Já que uma suposta primeira esposa, citada por Newton Carneiro, em nenhum momento, até agora, na biografia de Elliott pudemos identificar. Levando-nos a crer, conforme propôs David Carneiro, que realmente confundiu o engenheiro inglês de Fletcher com o nosso americano.

Elliott terá com essa brasileira muitos filhos. Ao receber um pequeno sítio, ou lote, de terras do governo da Província em São Jerônimo, casar-se, estabelecer-se, sedentarizar-se, talvez tenha Elliott se condenado ao sedentarismo e ao ostracismo, onde o encontraria Bigg-Wither em 1874.

¹³ Designação pela qual se deduz que no período cabia a quem executava funções em campo semelhantes a de “Cartógrafo, Agrimensor e Guia”.

¹⁴ *Jornal O Dia*, Curitiba, 29 de julho de 1952. Acervo Museu Edmundo Mercer, Tibagi, Paraná. Material constante do Capítulo IV, 4.1, desta dissertação.

DECRETO — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1825

Declara guerra ás Provincias Unidas do Rio da Prata

Havendo o Governo das Provincias Unidas do Rio da Prata praticado actos de hostilidade contra este Imperio sem provocação, e sem preceder declaração expressa de guerra, prescindindo das fórmulas recebidas entre as nações civilizadas, convêm á dignidade da nação brasileira, e á ordem, que deve occupar entre as potencias, que Eu, tendo Ouvido o Meu Conselho de Estado, Declare como Declaro a guerra contra as ditas provincias e seu Governo: portanto Ordeno que por mar e por terra se lhes façam todas as possiveis hostilidades, Authorizando o curso e armamento, a que os Meus Subditos queiram propor-se contra aquella nação; Declarando que todas as tomadias e prezas, qualquer que seja a sua qualidade, serão completamente dos aprezadores, sem deducção alguma em beneficio do Thesouro Publico. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça publicar, remettendo este por cópia ás Estações competentes, e affixando-o por Edictaes. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Dezembro de 1825, 4º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial

Visconde de Santo Amaro.

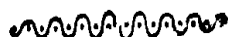
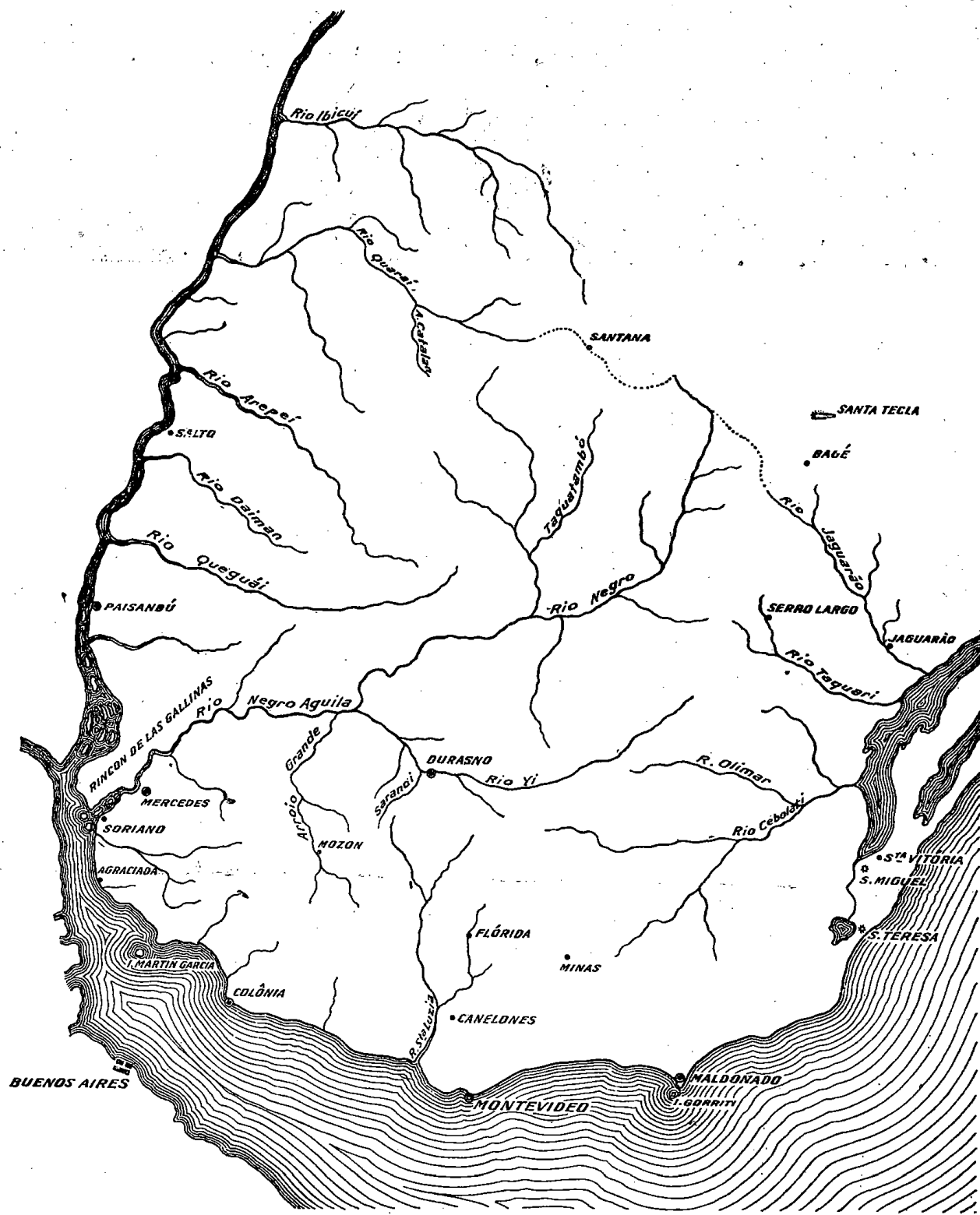


FIGURA 3: Decreto Imperial Brasileiro de Guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata, 10 de dezembro de 1825.



Mapa da Cisplatina — 1824.

Figura 4: Mapa da Província de Cisplatina. 1824. In: História da Guerra Cisplatina, David Carneiro, 1946.

3.2 O VIAJANTE E A CONSTRUÇÃO DE UMA BRASILIDADE

Junto às forças brasileiras participou Elliott da Guerra Cisplatina (1825-1828) que opôs o Império do Brasil às Províncias Unidas do Rio da Prata. Precisamos recuar um pouco mais na história colonial da América do Sul para entender as conformações políticas e territoriais que a desenharam sob os jugos das Coroas Espanhola e Portuguesa.

Após a chegada e início da colonização da América em princípios do Século XVI, prontamente se estabeleceram as disputas territoriais entre Portugal e Espanha. Embora a divisão administrativa das terras do novo mundo tenha sido celebrada pelo Tratado de Tordesilhas, 1494, esses limites nunca foram em prática estabelecidos. No entanto, se estabelecem duas vias geopolíticas de conquista: os portugueses pela via atlântica, conquistando as terras litorâneas, sobretudo, dominada pelas nações indígenas do tronco lingüístico Tupi. A fundação da Vila de São Vicente, em 1532, é o marco inicial da conquista lusitana. E os espanhóis, que também adentraram pelo Caribe, na América do Sul iniciaram inúmeras explorações pelo Rio da Prata.

O crescente interesse pela América intensificou as navegações, as aventuras e as entradas de portugueses e espanhóis para o oeste sul-americano, tanto por vias terrestres, que cortavam a região através os antigos caminhos indígenas, como pela navegação fluvial, com importantes incursões que tomando a embocadura do Prata adentravam para o Rio Paraná e subiam até o interior do continente. O intuito dessas incursões era além do estabelecimento colonial a busca sempre maior de riquezas proporcionadas pelo ouro e pela prata.

Consta que foi o navegador Juan Dias de Solis o descobridor do Rio da Prata. Entre 1515 e 1516 empreendeu uma viagem na busca da passagem transoceânica. Infere-se que alcançou a costa do futuro Brasil, fundando o Porto de São Francisco. Quando pisou em território da atual Argentina sua esquadra foi atacada pelos indígenas – que muitos atribuem serem os Charrua – e foi morto.

Dessa expedição um fato notável tem prosseguimento. Sobrevivente do massacre da expedição de Juan Dias de Solis, o português Aleixo Garcia conseguiu fugir, naufragando, porém, no retorno nas costas de Santa Catarina. Passou a viver entre os índios Guarani e entre 1524 e 1525 empreendeu a primeira travessia terrestre de leste para oeste por territórios indígenas, seguindo as antigas rotas e caminhos pré-coloniais. Como o Caminho do Peabiru, por exemplo. Com seu exército de naufragos, índios e, possivelmente,

degradados chegou ao Império Inca oito anos antes da conquista espanhola por Francisco Pizarro. Numa das mais impressionantes sagas da historiografia colonial sul-americana. Rota semelhante seria percorrida entre 1540 e 1542 por Dom Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca para assumir o governo do Vice-Reinado do Rio da Prata em Assunción.

Em 20 de Fevereiro de 1536 Pedro de Mendoza funda Santa Maria de Buenos Aires. Pedro de Mendoza e Juan de Ayolas subindo o Rio Paraguai são os primeiros espanhóis a chegar ao sítio do que seria Assunción. Que seria fundada, definitivamente, em 15 de Agosto de 1537 por Juan de Salazar Y Spinosa com o nome de Nuestra Señora de La Assunción.

Consolidavam-se os espanhóis na Bacia do Prata, permitindo com que a Coroa estabelecesse em definitivo o Vice-Reinado do Rio da Prata, tendo como centro irradiador do poder colonial a cidade de Assunción. Junto aos Vice-Reinados de Nova Granada e do Peru perfaziam a geografia colonial espanhola na região. Já a Coroa Portuguesa com o desenvolvimento da Vila de São Vicente e o estabelecimento das Capitânicas Hereditárias na Colônia do Brasil desenharia uma geopolítica de conquista colonial da sua antiga “Terra de Vera Cruz” a partir do leste, que passará pela destruição das Missões Jesuíticas Espanholas com as incursões bandeirantes a partir de 1620 e, também, pelas deflagrações armadas do Prata no Século XIX.

Na geopolítica do Rio da Prata fundam os portugueses – na figura do governador do Rio de Janeiro Manuel Lobo - em 22 de Janeiro de 1680 a Colônia do Santíssimo Sacramento. E é a partir desse momento que as relações portuguesas e espanholas se recrudescem no Prata, cuja centelhas finais se darão na Guerra Cisplatina – umas das províncias do Império do Brasil – que gerará o território da atual República Oriental do Uruguai:

Constituíam o território do atual Uruguai, no século XVII, um apêndice do conjunto físico brasileiro, que mais dia menos dia se haveria de povoar.

A escassez de população na metrópole portuguesa e a fraca densidade dos habitantes nesta parte sul da colônia impediram que desde 1531, desde Martin Afonso, o atual Uruguai fosse português, e, como consequência, brasileiro.

Por outro lado a situação de Buenos Aires, empório comercial importante que assustadoramente crescia forçava os colonizadores portugueses a pensarem numa posição à esquerda da margem do Rio da Prata, mesmo antes das determinações expressas de fronteiras, segundo os tratados e a diplomacia.

Havia, entretanto, o texto legal servindo de amparo aos colonizadores que se defrontavam nesta parte da América.

Alexandre VI, o Bórgia, papa espanhol, fez doação ao seu país de nascimento, pela bula de 4 de maio de 1493....Esta linha corria a “cem léguas de distâncias das ilhas dos Açores e Cabo Verde, sem embargo de quaisquer outras constituições e ordenanças apostólicas em contrário...”

Portugal, lesado, reclamou a Alexandre Bórgia a linha injusta. Essa reclamação, levada a efeito por D. João II, motivou o Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494, estabelecendo a “linha a 370 leguas para o poente das ilhas de Cabo Verde”...Postas sob o cetro dos Felipes as duas coroas da Ibéria, estava cancelado tácitamente o tratado de 1494.

É essa situação que nasce em 1580, depois do curto reinado do cardeal-rei, e que se prolonga até 1640.

Para o Brasil, livres os bandeirantes paulistas da muralha teórica das Tordesilhas, a união dos cetros foi providencial, permitindo que fossem brasileiros, isto é, da colonização portuguesa, todo o atual Oeste de nossa pátria, campo para a atual e futura dos nossos homens...O Uruguai atual, apêndice do Brasil pelo aspecto físico, mereceu atenção dos reis portugueses. Viram logo os monarcas lusos que uma feitoria militar deveria ser fundada em frente de Buenos Aires, para garantir a posse da margem de cá do Rio da Prata.

Instruções foram dadas ao governador do Rio de Janeiro, em 1679, Manuel Lobo, para que construísse uma cidade fortaleza em frente a Buenos Aires, no melhor ponto que encontrasse para semelhante objetivo.

Nesse mesmo ano o Governador Manuel Lobo executa as ordens recebidas, erigindo a colônia e o forte de Sacramento.

Começa então a luta que só vai terminar depois do tratado firmado entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, conhecido pelo nome do mediador inglês, Lord Ponsonby, em 1829.¹⁵

¹⁵ CARNEIRO, David. História da Guerra Cisplatina. Companhia Editora Nacional. Rio de Janeiro, 1946.

3.3 GUERRA CISPLATINA: CARMEM DE PATAGONES (1827)

A batalha naval de Carmem de Patagones se insere entre os inúmeros episódios da Guerra Cisplatina. Na história militar brasileira, argentina e uruguaia este conflito é parte daqueles que ajudaram a redefinir as fronteiras sul-americanas e que, de certo modo, contribuíram para o endividamento e o esfacelamento posterior do Império do Brasil, como a abdicação de D. Pedro I em 1831, e que se consumaria com a sangrenta, exaustiva e genocídica Guerra do Paraguai, ou da Tríplice Aliança, entre 1865 e 1870.

A Província da Cisplatina gestava sua independência havia décadas. Os uruguaios eram divididos entre a ascendência espanhola e os interesses portugueses e brasileiros na desembocadura oriental do Prata. Depois do Fico, em 1820, e a volta para Portugal de Dom João VI, o príncipe rebelde, Dom Pedro, fez nascer o conflito entre Portugal e o Império. As Juntas Governativas portuguesas criadas em cada província do Brasil ainda atrelava a “ex-colônia” ao Reino de Portugal. A medida, porém, que Dom Pedro ganhava força junto às Juntas Provinciais, que gradativamente aceitavam a independência brasileira e a convocação de uma assembleia nacional constituinte, a Província Cisplatina mantinha-se “fiel” a Portugal. Agora o inimigo colonial era outro e estava claro para os patriotas uruguaios: o Império do Brasil.

Nos combates travados no cerco de Montevideú, 1823, e depois dos acordos feitos e vencidos os portugueses, a província era agora domínio brasileiro.

Mas, as insurgências uruguaias, as lutas, ora contra portugueses, ora contra brasileiros, haviam, porém, feito nascer o desejo de independência. Os líderes uruguaios e os interesses das Províncias Unidas do Rio da Prata, sob o comando de Buenos Aires, desejam a Cisplatina unida às do Rio da Prata.

Com a constituição de Dom Pedro I o Estado Cisplatino passou a fazer parte da confederação brasileira.

Os patriotas uruguaios, no entanto, traziam na alma a vontade de independência e a criação de uma pátria. Haviam herdado a tenaz verve caudilha de José Gervásio Artigas. Que havia lutado contra os ingleses em 1806, os espanhóis em 1811 e os argentinos nas tentativas de conquistas de Buenos Aires. Artigas morreu em 1826 no Paraguai, sob a proteção de Dom Gaspar Rodrigues de Francia, El Supremo.

Foi Artigas o grande motivador do nacionalismo uruguaio. O que motivou homens como o General João Antonio Lavalleja, Frutuoso Rivera e outros a lutarem, sob o lema “Libertad

o Muerte”, contra o Brasil. Mesmo com o coração e os interesses geopolíticos pendendo para Buenos Aires, acabaram por tornar independente a província e fizeram surgir a República Oriental do Uruguai.

Em fevereiro de 1827, quando a guerra estava em curso, uma expedição desastrosa comandada pelo capitão Sheperd – um dos muitos oficiais ingleses a serviço do Brasil – e William Eyre, outro inglês, partiram para tomar posições junto a uma pequena localidade na desembocadura do Rio Negro: Carmem de Patagones.

A expedição compunha-se dos seguintes navios: Duquesa de Goiás, Itaparica, Constança e Escudeira. Também participaram dois brasileiros da expedição, Poutier e o Marquês de Lisboa – mais tarde Marquês de Tamandaré -. A frotilha era composta, entre outros, de brasileiros, ingleses e americanos na marujada: desses americanos um era Elliott.

Em fevereiro de 1827 a frota deixou Maldonado, no Uruguai, e em 3 de março estava “pronta” para tomar a cidadela. Uma pequena esquadra de navios brasileiros já esperava, ancorada no local. A esquadra argentina era comandada pelo Almirante Brown, também inglês, e muitos outros mercenários estrangeiros como a frota brasileira.

Em 7 de março irrompeu a batalha; os argentinos já sabendo da investida brasileira, através da boa e velha espionagem, prepararam uma emboscada. Logo nos primeiros tiros e fogos o capitão James Sheperd morreu. A operação se revelou um verdadeiro desastre para o Brasil, e muitas bibliografias sérias atestam isso. Derrotados os brasileiros tiveram muitos mortos e afogados. Feridos e sobreviventes foram feitos prisioneiros. Um dos prisioneiros, pelo que até o momento conseguimos coligir com a pesquisa, foi o jovem americano de não mais do que 16 anos John Henry Elliott.

É difícil precisar quanto tempo Elliott ficou preso, ou mesmo quando e como escapou, pela “escassez” de fontes – ou talvez porque devamos em um outro momento e com mais condições pesquisar as fontes argentinas e uruguaias.

David Carneiro (1946), porém, na *História da Guerra Cisplatina* afirma que os presos foram levados à prisão de Rio Salgado. E, assim, sustenta, deu-se o breve destino cisplatino de Elliott. Afirma, ainda, que se recusou Elliott debandar para o lado argentino e permaneceu fiel ao juramento que prestara à marinha do Império do Brasil. Continuou preso. Finda a guerra voltou para o Rio de Janeiro. É, por enquanto, crível afirmar que durante a década de 1830 e início de 1840 esteve no Rio de Janeiro, até empregar-se com o Barão de Antonina, provavelmente entre 1844 e 1845. Esta parte da biografia de Elliott é, no entanto, bastante obscura e nos demandará ainda muita busca de fontes e pesquisas.

Sobre o desastre do Rio Negro, o Almirante Tamandaré, testemunha ocular, assim relatou:

O Capitão de Fragata James Sheperd, depois de haver perdido o Duquesa de Goiás à entrada do Rio Negro, e de estar oito dias inativo dentro do dito rio, ignorando que nele houvesse forças inimigas e vendo-se contrariado pelos ventos e correntezas que se opunham à viagem de nossas forças até à Vila Del Carmen, resolveu desembarcar o maior número de praças que pudesse armar, com carabinas, para com elas marchar sobre a dita vila e apoderar-se da fortaleza e embarcações mercantes que estivessem no porto.

Nesse sentido deu ordens, e eu, como comandante da escuna Constança, tive de as cumprir, sendo esta a razão por que, às 2 horas da manhã de 7 de março de 1827, entreguei interinamente o comando daquela escuna ao conselheiro Joaquim José Inácio, então segundo tenente, com só 16 praças disponíveis e estas mesmas por não sobrares espingardas com que se as armasse, pois todas as que havia, tinham sido distribuídas pela gente de desembarque.

A fatal decepção por que passou o Capitão de Fragata Sheperd, quando, ao chegarmos à vila del Carmen, viu ser nossa fôrça hostilizada por cinco embarcações inimigas, fé-lo conhecer a imprudência que havia cometido em ter se aventurado à empresa de marchar sobre aquela vila sem o preciso conhecimento dos seus recursos de defesa, e mais reconhecendo a grave falta que cometera deixando desguarnecidas as escunas Constança e Escudeira. Resolveu então a retirada da nossa fôrça para tentar, com ela, defender as escunas, se a fôrça pudesse chegar a elas antes das embarcações inimigas. Sheperd morreu aos primeiros tiros das guerrilhas inimigas, sendo logo substituído pelo Capitão-Tenente Guilherme Eyre, que efetuou a retirada o mais aceleradamente possível, mas assim mesmo improfícua, pois apenas chegamos a avistar as nossas escunas quando, por já lhes não restarem meios de defesa, eram presa dos inimigos, muito superiores em número de navios, artilharia e guarnição.

Tôdas as praças que pertenceram a essa expedição sabem do valor com que o conselheiro Joaquim José Inácio secundou os esforços do Primeiro-Tenente Poutier, comandante da Escudeira, repelindo o ataque inimigo, e que, mesmo depois de ter esta rendido, S. Exa. correu na escuna do seu comando rio abaixo, tentando reuni-la à corveta Itaparica, ancorada a nove milhas de distância.

As praças desse tempo sabem igualmente que, tendo-se aterrorizado a pouca guarnição que tinha a escuna, algumas praças pediam que as entregassem ao inimigo e que um marinheiro chegou à ousadia de arriar a bandeira, no que foi impedido por S. Exa. que sobre ele atirou uma acutilada.

Havendo, porém, encajado a escuna, e sendo abordada pelas fôrças inimigas, coube ao conselheiro Joaquim José Inácio, a sorte de ser prisioneiro de guerra, com a triste, mas gloriosa circunstância de, ainda depois de vencido, querer um oficial inimigo matá-lo, por haver acutilado o marinheiro que tentara arriar a bandeira.¹⁶

¹⁶ CARNEIRO, David. História da Guerra Cisplatina. 3ª Parte: A Campanha Naval, p. 203-204. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1946.



Nº 5. — Vista del pueblo del Carmen, sobre el río Negro. (Patagonia)

Figura 6: Vista do povoado de Carmem de Patagones. Entre 1826 e 1833. In: *Viaje a La America Meridional*, Alcides D'Orbigny, Buenos Aires: Editorial Futuro, 1945.



Figura 7: Debret, Jean Baptiste. Tropas na Praia Grande, 1816.¹⁷

¹⁷ Esta gravura, atribuída a Debret, provavelmente retrata a preparação de tropas brasileiras para a retomada da Colônia de Sacramento, ocorrida em 1816 – numa das muitas disputas geopolíticas sul-americanas do Prata -.

3.4 A GRANDE MURALHA

“Você sabe, eu tinha visto aquelas montanhas altas tantas vezes de bordo do navio, que comecei a ficar curioso de saber o que existia detrás delas e por isso resolvi ir ver.” Estas palavras são partes dos relatos que Elliott fez a Bigg-Wither no encontro de São Jerônimo em 1874. Este pequeno excerto de prosa nos dá, porém, uma mínima medida de seu espírito, de sua sanha por conhecimento, aventura e, quiçá, liberdade. Talvez, nesse espírito do menino de 16 anos de outrora, “abandonado” na Corte do Rio de Janeiro em 1825, tenha se desenvolvido um ferrenho desejo de vida, um apreço pelo imponderável e uma vontade de ir cada vez mais longe, mais “adentro” no mundo exótico e exuberante que adotara como pátria e aprendera a vivenciar.

Com menos de 20 anos de idade, se as pesquisas assim confirmarem, já era um “veterano” de guerra. Sobrevivera à Guerra Cisplatina que ceifara tantas vidas, inclusive de compatriotas americanos. Suportou a prisão até retornar para o Brasil, perfazendo ainda tão cedo na vida o círculo da adoção, quem sabe recíproca, quem sabe forçada, mútua.

A Serra do Mar, a Grande Muralha, deve mesmo ter sido um desafio para um jovem impetuoso no Brasil do Século XIX. O século que prepara a conquista definitiva do oeste brasileiro, dos sertões, do reencontro com os rios bravios, as matas, a fauna abundante e os índios, desde que os primeiros viajantes assim o fizeram nos Séculos XVI e XVII.

Marinheiro, soldado, geógrafo, cartógrafo, pintor, escritor. Este espírito vário percebemos, se o queremos perceber, em tudo que Elliott fez depois.

Esse período nebuloso da sua vida entre 1827 e 1844, quase 1845 – quando temos o relato da primeira expedição com Lopes -, torna ainda mais interessante sua biografia. Esteve realmente como alguns autores afirmam no Rio de Janeiro todo esse tempo? São em torno de 16 anos de obscuridade, se considerarmos a partir da documentação por ora existente. Quando e como teria se empregado com o Barão de Antonina? É possível, talvez, que tenha feito incursões pela Província de São Paulo; no entanto isso, por enquanto, não podemos afirmar. Ainda mais, quando teria chegado a Curitiba e em que circunstâncias? Já que as suas primeiras aquarelas datam da década de 1850 e O Jasmim de 1857.

Porém, é possivelmente plausível deduzir que tivesse conhecido a Vila de Curitiba por volta já de 1845-1847, período das primeiras entradas, ou mesmo antes. Pois, Curitiba

já era uma das principais localidades da Província de São Paulo e ponto de conexão com a Estrada Geral das Tropas, parte da rota para a Fazenda Perituva.

Pois, a rede de caminhos que se interconectava com a Estrada das Tropas, ou Caminho do Viamão, ligava as Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina com os campos de criação de gado da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, especialmente os campos de Vacaria.

A conquista dos Campos de Palmas ao sul tornou-se objetivo das inúmeras entradas que partiam já em 1810 de Guarapuava. Duas dessas bandeiras, mantidas por societários interessados na posse de terras a serem descobertas, saídas de Guarapuava, consolidaram o domínio dos Campos de Palmas em 1839. Uma delas comandada por Pedro de Siqueira Cortes, outra de José Ferreira dos Santos. São essas duas bandeiras que disputarão a posse dos campos, tendo como divisores geográficos os Rios Chopim e Caldeiras. Foi necessária a arbitragem do Dr. João da Silva Carrão e Joaquim José Pinto Bandeira, ambos de Curitiba, para estabelecer a correta divisão e a posse ilegítima dos campos indígenas Jê. Tão necessários para as rotas sulinas brasileiras e tão cobiçados pelas bandeiras colonizadoras.

A novela Aricó e Caocochée nos dá claramente esse indício. Pois, é nesse cenário que se ambienta o enredo – que abordaremos no Capítulo II, Item 2.3 -, quando o mando do Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira o cacique Condá vai persuadir os Jê – tribos do cacique Nonohay e de Aricó e Caocochée que habitavam as confluências do Rio Goioen (Uruguai) - a abandonarem seus campos e se juntarem ao Acampamento do Chopim. Na viagem ocorre o confronto com os mercenários de Pedro Siqueira Cortes, o bandeirante guarapuavano, com muitas mortes e sofrimento dos indígenas. Na conclusão da novela Elliott diz, supostamente atestando uma passagem real de sua vida, que meses depois desse ocorrido tivera que fazer uma viagem aos Campos de Palmas, quando então encontrou aqueles que transformaria em personagens de sua novela: o cacique Condá, a jovem Aricó e o guerreiro Caocochée.

4 O VIAJANTE E A VILA DE CURITIBA

Nos tempos de Elliott e outros, na segunda metade do Século XIX, a Vila de Curitiba não contava com mais de algumas centenas, ou poucos milhares, de habitantes. No primeiro relatório do presidente da Província do Paraná¹⁸, após a criação em 1853, a descrição do presidente no anexo 14 traz as primeiras informações oficiais sobre a população da vila. A partir dele podemos avaliar como era pequena e acanhada a nova capital. Do mesmo modo, podemos estudar também as dimensões geográficas que possuía, pois no quadro é também relatado o número de quarteirões.

Desse modo, os dados oficiais nos trazem as seguintes informações censitárias: homens, 3.433; mulheres, 3.358; pessoas até 21 anos, 1.280; crianças até 10 anos, 1.890; com mais de 10 anos, 666. O relatório indica ainda o número de solteiros em 5.116 pessoas; casados, 1.404; viúvos, 102; brancos, 4.624; mulatos, 1.293; pretos – negros -, 874; e escravos, 878.

Portanto, a população de Curitiba no *Mappa Estatístico da População do Paraná* de 1854, ao que tudo indica a primeira estatística populacional oficial da capital, era de ao todo 6.791 pessoas. Outro dado importante que ele traz com o qual podemos analisar as dimensões geográficas da vila é o número de quarteirões que possuía, 27. Este dado é bastante interessante, é pode ser melhor visualizado na Figura 10, que é um dos primeiros *croquis* da cidade é nos dá uma idéia real da acanhadez da pequena localidade.

Se fizermos uma rápida abstração e projetarmos uma pequena cidade com estas dimensões, em escala padrão atual, poderíamos inferir o seguinte: 27 quarteirões de 100 x 100 metros: 10.000 m², o que daria ao todo uma área de 270.000 m². Equivalendo em nossos dias, mais ou menos, a uma pequena fazendola, uma chácara ou sítio, de não mais do que 10 alqueires, se considerarmos o alqueire paulista de 24.200 m².

Era esta a pequena vila que Elliott, antes Auguste de Saint' Hilaire em 1820, Thomas P. Bigg-Wither, Robert Avé-Lallemant e tantos outros viajantes, conheceu e retratou, quer seja em suas *Vistas*, ou aquarelas, ou nas descrições literárias que nos chegaram.

Avé-Lallemant, o médico alemão que por aqui passou em 1858 deixou-nos descrições razoavelmente detalhadas de parte da Província do Paraná e de Curitiba. Lallemant, talvez, dentre todos os outros narradores é o que possuía a melhor prosa; seus escritos são concisos, claros, embora, como todos os outros, eivados de inúmeros

¹⁸ 1.º Relatório do Paraná Província do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, 17.07.1854, com anexos. Fonte: Arquivo Público do Paraná

“preconceitos” típicos do período; desculpáveis, no entanto, dada à mentalidade do século. No quarto capítulo da sua obra *1858 – Viagem Pelo Paraná* diz:

Esteve por muito tempo incluído na Província de São Paulo o belo complexo de terras da margem esquerda do rio Paraná, que começa a quase 20º de latitude sul e, com limites ainda não exatamente determinados, se apóia, além de 26º e mesmo do 27º de latitude sul, no Uruguai e no planalto de Santa Catarina e, do lado oriental, se desenvolve numa bela costa ao longo do Oceano Atlântico, desde perto do trópico meridional até ao 26º de latitude sul.

A Província de São Paulo compreendia 15 a 16 mil milhas geográficas quadradas e cerca de 600.000 habitantes, consideráveis reinos europeus não tinham tão extensa área, mas países menores do Velho Mundo tinham mais habitantes.¹⁹

Ao levarmos em conta essa informação dada por Lallemant em 1858 verificamos que em torno de 6.000 habitantes, que era o que tinha Curitiba no momento, representava somente uma pequena parte dessa população da região que compreendia também São Paulo; o que demonstra como de fato o “adensamento” populacional estava mais ao norte, junto a então ex-capital São Paulo. Ainda se levarmos em conta que todo o Paraná não tinha mais que 80.000 habitantes.

Lallemant continua sobre o Paraná:

...A antiga quinta comarca de São Paulo, da qual se destaca Curitiba como ponto central e lugar principal, foi elevada à categoria de Província, em pé de igualdade com as demais circunscrições e, como tal, recebeu o seu presidente com a devida dotação administrativa...A nova província foi chamada Província do Paraná. De fato o grande rio Paraná é uma das características principais da terra...Campos e matas são os dois principais perfis do solo e gado e mate os produtos principais...A Província tem um magnífico e grande território, mas apenas duas cidades, cinco aldeias e dezenove paróquias. O número de habitantes pode ser estimado em 80.000.

Segue:

Com plena intenção de usar dessa indulgência sempre como norma, chegara eu à cidade capital de Curitiba. Por isso talvez é que me surpreendeu muito agradavelmente a cidade de uns 5.000 habitantes. Naturalmente nela nada se encontra de grande ou grandioso. Em tudo, nas ruas e casas e mesmo nos homens, se reconhece uma dupla natureza. Uma da velha Curitiba, quando ainda não era a capital de uma Província, mas um modesto lugar central, a quinta comarca de São Paulo. Aí se vêem ruas não calçadas, casas de madeira e toda espécie de desmazelo, cantos sujos e pragas desordenadas, ao lado das quais há muita coisa em ruína e não se pode deixar de reconhecer evidente decadência e atraso. Na segunda natureza, ao contrário, expressa-se decisiva regeneração, embora não apareça nenhum grandioso estilo Renascença.

¹⁹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. 1858, *Viagem Pelo Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, Fundação Cultural, 1995.

Esse é, em linhas gerais, um quadro que descreveu Lallemand da Província do Paraná e da Vila de Curitiba. Interessante observar, abstendo-se em certa medida das opiniões políticas, estéticas, e até certo ponto preconceituosas, de “ilustrado europeu” de Lallemand, como especificamente Curitiba parecia estar em plena transformação: a vila portuguesa antiga, decadente, modernizando-se.

Finalmente é importante que salientemos a dificuldade que muitas vezes temos em identificar esse território geograficamente, a partir das toponímias originais, isto é anteriores ao período da criação da província. Como se definia essa região, que passará a ter a partir desse momento uma nova conformação histórica e geográfica. Em um interessante e rico estudo Romário Martins contribui para esclarecer essa questão. Fica-nos mais claro até realmente onde se estendiam os chamados Campos de Curitiba e como essa denominação evoluiu. Isso é bastante importante, pois contribui para que possamos compreender melhor a transformação em processo do Paraná, tendo como referência a segunda metade do Século XIX:

Nos primeiros tempos da colonização do litoral paranaense, todo o território ao occidente da Serra do Mar se chamava Sertão de Paranaguá...A atracção desse primeiro núcleo de colonos pelos sítios do nosso littoral, teve por causas a escravização de índios Carijós (já em 1585 submetidos em grande numero pela bandeira escravagista dos principaes povoadores das Villas de Santos e de São Vicente, capitaneada por Jeronymo Leitão que era o próprio governador da Capitania)...

Parece datar da investidura de Eleodoro Ébano na administração geral e no entabulamento das minas descobertas e que se descobrissem no Districto de Paranaguá como em qualquer outro da Capitania, a primeira entrada regular feita no sertão ao occidente da Serra, o que teria acontecido pouco antes de 1649, porque foi este o anno que aquella alta autoridade comunicou ao Capitão Mor e á Camara de Paranaguá a commissão que fora investido...Desse modo é possível que á seguir a entrada de Ébano com os seus soldados e índios mineiros, se dessem tambem as penetrações dos criadores de gado do que fala o Ouvidor Pardinho em carta á El-Rei, e o estabelecimento de curraes nos Campos do Planalto. – (Moysés Marcondes, Documentos Para a Historia do Paraná).

E prossegue descrevendo geograficamente a formação dos campos a oeste da serra, onde se fundou a futura capital que desbancaria Paranaguá no Século XIX como a principal localidade da província:

Já então as vastidões ao occidente da Serra se denominavam QUERETUBA, segundo mappa attribuido á Ébano (1653), e CAMPOS DE CUIYRITIBA como escrevia Lara em 1674. Para o Oeste e para o Norte, no século seguinte (1737) esses pampas e sertões se denominavam CAMPOS GERAES DE CURITYBA, como se vê de uma Portaria do Governador da Praça de Santos á Camara da Villa de Curityba; e para o Sul, SERTÃO DE CURITYBA., denominação que se alongava por toda a região ao occidente de Santa Catharina alem da Serra e até Laguna, como se vê no mappa n.º 178 do Catalogo Ponte

Ribeiro, cópia de Bom de Souza, de Setembro de 1675, da Collecção de Mappas Coloniaes do Archivo Militar...

Em procurações passadas em Paranaguá pelo Capitão Nuno Bicudo de Mendonça e Gonçalo Pires Bicudo, appensas ao inventario de Maria Bicudo, processado na Villa de Sant'Anna do Parnahyba, São Paulo, em 1660, são, entretanto, os referidos constituintes citados como moradores na VILLA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DE CURITYBA...O acto de posse e levantamento do pelourinho feito "nos CAMPOS DE CURITYBA", em 4 de Novembro de 1668, eassignado por Gabriel de Lara, Capitão Mor de Paranaguá e pelos principaes povoadores desses Campos, se refere á VILLA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAES.

Gabriel de Lara, annos depois, em 1681, precisando designar essa localidade, escreveu POVOAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAES; e, noutro documento, do mesmo anno, POVOAÇÃO DA CORITIVA.

Continua:

O requerimento do povo, feito em Março de 1693, para que se fizessem as eleições dos membros componentes da Justiça e da Camara, completando-se assim os actos praticados em 1668 para a fundação da Villa, refere-se á POVOAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAES. O despacho do Capitão Povoador Matheus Leme, dado nesse requerimento, é datado de PINHAES, simplesmente.

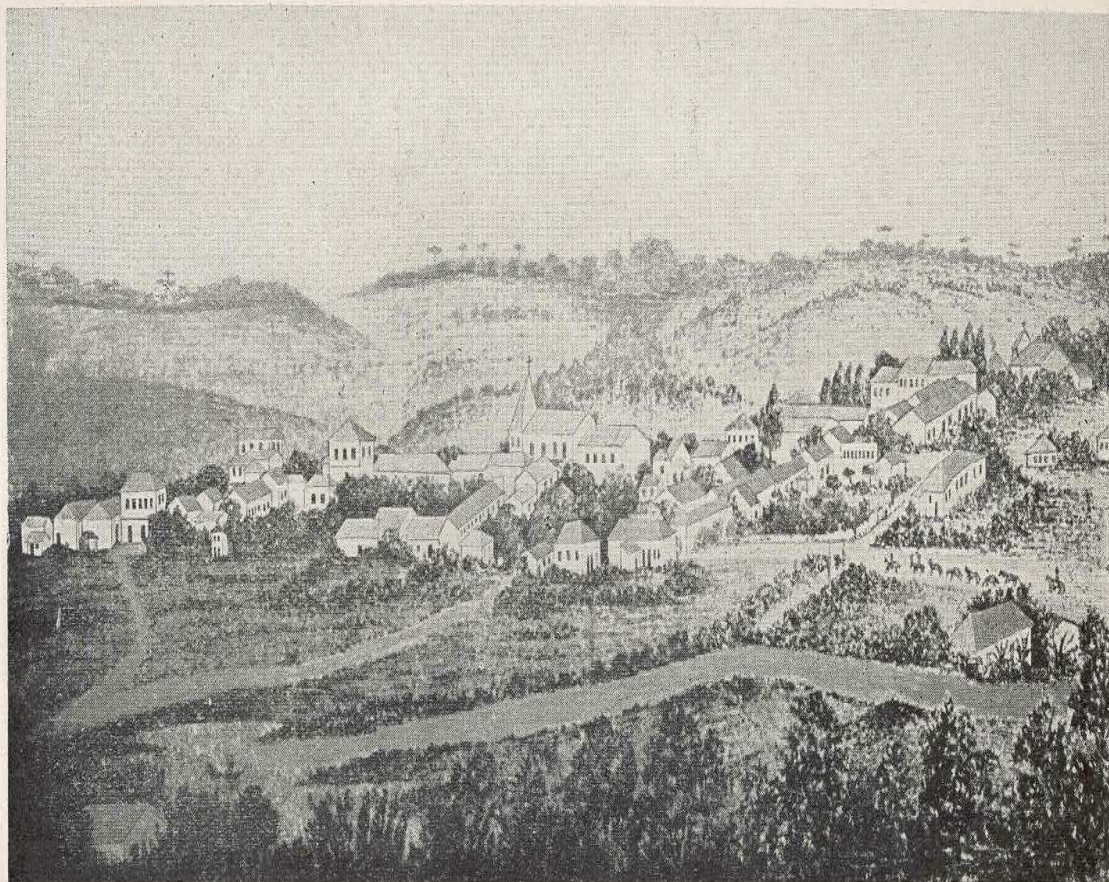
As actas da eleição das autoridades e da fundação da Villa, porem, não se referem á sua denominação. Dizem, apenas, que se ajuntou o povo "na igreja" de NOSSA SENHORA DA LUZ E BOM JESUS DOS PINHAES.

Os termos de vereança da Villa, desde o primeiro até o penúltimo do anno de 1697, não se referem ao nome da localidade. O de 3 de Fevereiro desse anno é que, pela primeira vez, faz referencia á VILLA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAES; e o do dia 15 de Setembro de 1698 é que, por fim, menciona a VILLA DE CURITYBA.

E este, á largo traço, o histórico do nome CURITYBA, dado aos Campos ao occidente da Villa de Paranaguá no segundo século do descobrimento, e, depois, ao Arraial de mineradores e de criadores de gado, á entrada do Planalto, elevado á Villa em 1668 e 1693.

CURITYBA era, pois, a região toda – os Campos e os Sertões dilatados em zona de desconhecida extensão. O Arraial, a Aldeia, a Villa, eram denominados de NOSSA SENHORA DA LUZ, acrescentando-se-lhes, depois, o toponymico restrictivo DOS PINHAES, e, mais tarde, DOS PINHAES DE CURITYBA, explicativo de sua situação na vasta região deste nome.²⁰

²⁰ MARTINS, Romário. Curityba, Estudo Onomástico. Curitiba: Livraria Mundial – França & Cia Ltda, 1926.



Curitiba em 1855, litografia segundo desenho de J. H. Elliot.

Figura 8: ELLIOTT, J. H. Curitiba. 1855. Desenho aquarelado: colorido. Newton Carneiro, Iconografia Paranaense: Anterior à Fotografia, 1950.²¹

²¹ Autoria controversa da obra. O quadro exposto no Museu Paranaense, no circuito de história, traz a autoria de Raimundo Jaskulski. Newton Carneiro, porém, na Iconografia Paranaense: Anterior à Fotografia, 1950, atribui o desenho original a John Henry Elliott.

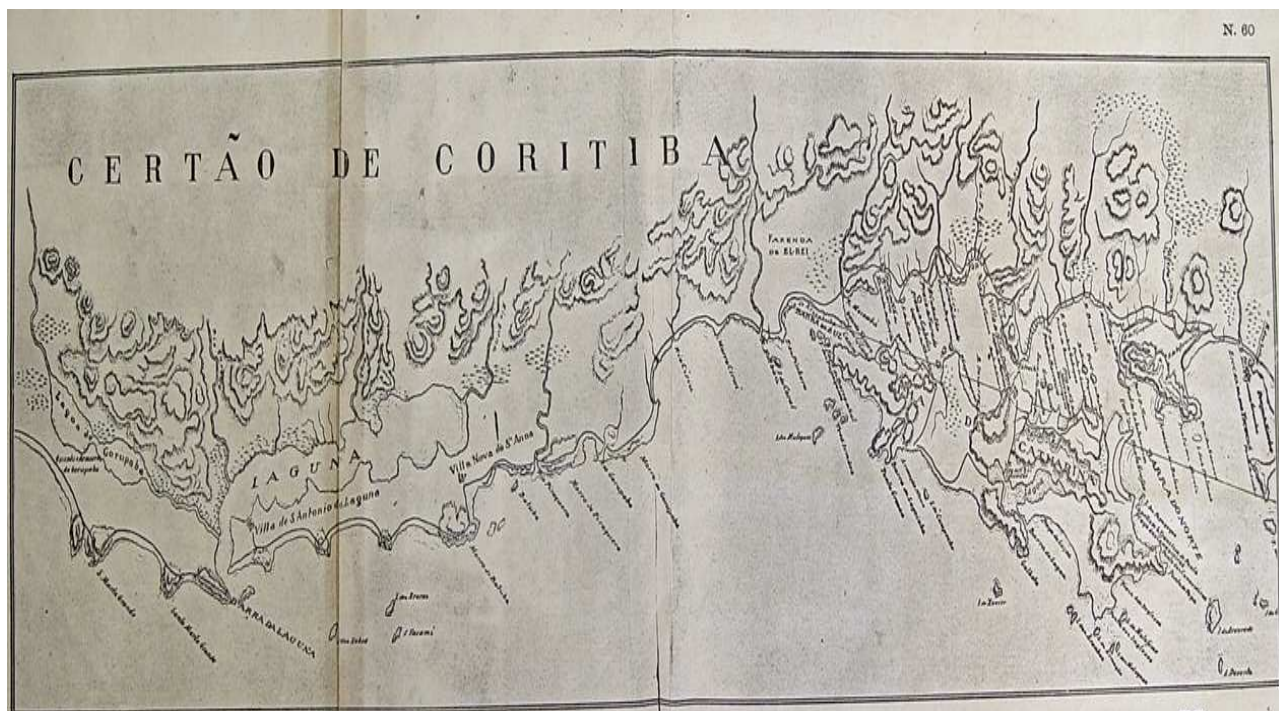


Figura 9: mapa mostrando o “Certão de Curitiba” no século XIX. Coleção de mapas históricos da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense.

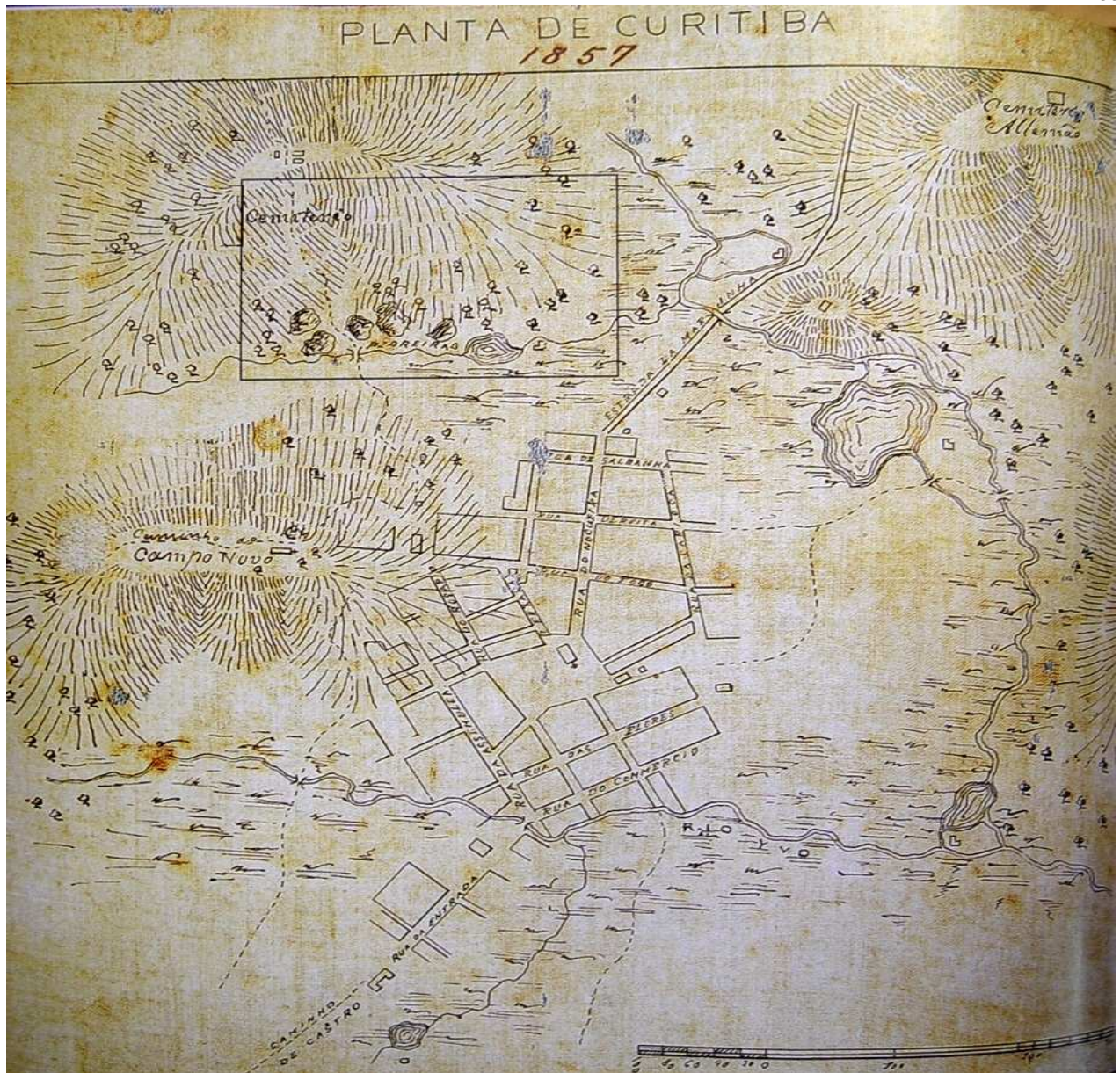


Figura 10: planta de Curitiba em 1857. ²²

²² LICCARDO, Antonio. La Pietra e L'Uomo: Cantaria e Entalhe em Curitiba. São Paulo: Baça-Ball Edições, 2010. Fonte utilizada como referência.

4.1 PROVÍNCIA DO PARANÁ E O ARTISTA-ESCRITOR-CIENTISTA

O Paraná contava então nesse momento, alguns anos após a criação da província, além da Vila de Curitiba, com apenas outras 19 localidades, considerando o relatório oficial de 1854. As vilas de Paranaguá, Curitiba, São José dos Pinhais, Campo Largo, Ponta Grossa e Castro concentravam, naturalmente, a maioria da população. Observa-se, dessa maneira, que o que se considerava à época, na ótica desenvolvimentista do século, como região civilizada se encontrava no Litoral, Planalto de Curitiba e nos Campos Gerais sob as influências econômicas e geográficas da região tropeira.

Os sertões, dada à observação que fizemos com base no estudo de Romário Martins (1926), onde jazia Guarapuava, Palmas e o Tibagi eram “permeados de vazio”. Regiões a serem exploradas e conquistadas, por isso a importância das bandeiras do dezenove para a conquista e ocupação dos territórios indígenas remanescentes. O conceito de vazio demográfico que acompanhara a mentalidade europeia desde o Século XVI persistia no XIX. Neste momento, instrumentalizado com o surgimento das ciências modernas e o desenvolvimento da geografia e da antropologia europeia, principalmente inglesa, que ao mesmo tempo em que ressignificava os povos nativos sob a ótica de uma nova compreensão, agora científica, acompanhava a expansão capitalista.

O conceito de vazio demográfico advindo da geografia – sobretudo das idéias antropogeográficas de Friedrich Ratzel, 1882 - e de raça – conceito proposto pelo filósofo Joseph A. Gobineau no trabalho *Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas*, 1855 – haviam se tornado conceitos caros à antropologia, e acabavam por justificar as ações “civilizatórias” dos governos mundiais. No bojo de todas essas expedições científicas e artísticas do Século XIX subjazem essas teorias. Conhecer o exótico significava apreendê-lo, dominá-lo sob a perspectiva “civilizada”.

No Paraná a empresa colonial moderna se processará no Século XIX tal qual em outros lugares do planeta e os povos indígenas das vastas áreas do oeste se tornaram um grande estorvo para os novos interesses coloniais.

Ocupar o território era fundamental para compreendê-lo, em razão dos interesses capitalistas e dos fundamentos construtivos da nação brasileira, que desde 1838 tinha no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB o modelo de construção da historiografia brasileira. Dentro dessa lógica é que o instituto premiou em 1840 Carl von Martius pelo seu plano de como deveria ser escrita a história do Brasil. Justamente von Martius da expedição Austro- Alemã de 1817 – 1821. Uma história que permanece até nossos dias,

calcada na fusão das três raças miscigenadas e sublimadas pelo poder imperial português, oriunda dos pressupostos das ciências naturais.

O índio sob essa ótica era mera parte da paisagem, como as plantas e os animais. Assim como se devia conhecer o território para ocupá-lo, devia se domesticar o “índio bravo” para que aceitasse esse modelo civilizatório.

Este quadro é que nos permitirá analisar criticamente as subjacentes razões econômicas e políticas que motivaram as bandeiras do Senhor Barão de Antonina, senador do Império. Melhor ainda as compreendemos se as circunscrevemos no bojo da Lei de Terras de 1850. Onde percebemos que o estabelecimento das colônias militares e dos aldeamentos indígenas – como o de São Jerônimo do Jatahy, estabelecido em terras “doadas” pelo barão – faziam parte intrínseca desse grande processo de expansão econômica do Século XIX.

Listamos abaixo no QUADRO 03 as localidades e a população da Província do Paraná, conforme o relatório de 17 de julho de 1854.

LOCAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Paranaguá	3.124	3.409	6.533
Guaraqueçaba	1.740	1.735	3.475
Guaratuba	570	784	1.354
Antonina	2.098	2.052	4.150
Morretes	1.856	1.853	3.709
Curityba	2.433	3.358	6.791
São José dos Pinhais	2.301	2.359	4.660
Campo Largo	1.783	1.807	3.590
Palmeira	900	918	1.818
Yguasú	831	721	1.552
Votuverava	1.070	948	2.018
Príncipe	2.562	2.844	5.406
Rio Negro	957	927	1.884
Castro	2.893	3.005	5.895
Ponta Grossa	1.652	1.381	3.033
Jaguariahiva	638	385	1.023
Tibagy	750	890	1.640
Guarapuava	1.349	1.171	2.520
Palmas	447	287	734
TOTAL GERAL	30.954	30.834	61.788

Fonte: 1.º Relatório do Paraná Província do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, 17.07.1854, com anexos. Arquivo Público do Paraná

Pelo quadro, que de certo modo podemos considerar o primeiro censo demográfico do Paraná, constante do relatório do presidente da província de 17 de julho de 1854, constatamos que o Estado possuía somente em torno de 60.000 habitantes. Os sertões de Guarapuava, Tibagi e Palmas com mais ou menos 4.000 habitantes. Outro dado a verificar é que grande parte de toda a economia se dava no leste e nos Campos Gerais, que havia herdado a pujança das tropas.

Esse censo pioneiro, porém, é incapaz de nos revelar uma outra presença humana no território: o indígena.

Os grupos indígenas não constam do censo de 1854, onde também os escravos são listados. Com isso conseguimos perceber a invisibilidade e a desconstrução do índio como componente humano da população, portanto é difícil precisar quanto seria essa população e realmente quais seriam as etnias ainda presentes no território. Os avanços aos campos sulinos de Guarapuava e Palmas nos indicam a clara permanência resistente dos grupos Jê, hoje representados no Estado pelos Kaingang e Xokleng.

Este território, porém, lugar ancestral dos povos indígenas abrigava inúmeras nações indígenas, que mesmo no Século XIX ainda resistiam aos avanços colonizadores. Os Tupi-Guarani também estavam nessa situação, mesmo após a diáspora causada pela destruição das missões jesuíticas nos anos de 1631 e 1632. Dispersos, após mais de duzentos anos da destruição das missões espanholas pelos “mamelucos” paulistas, os Tupi e Jê ainda dominavam vastas extensões de território. Os primeiros, praticantes da transumância, ainda circulavam pelo território pelas redes de caminhos ancestrais, os segundos mais ao sul no domínio dos imensos bolsões de matas de pinheiro araucária, que seriam praticamente devastadas pela colonização. As vinculações estatais e capitalistas impulsionaram a conquista das terras dos sertões e as entradas colonizadoras, como as que fizeram Elliott e Lopes, e foram gradativamente metamorfoseando a paisagem e construindo o Paraná capitalista moderno.

4.2 O JASMIM: PERIÓDICO LITERÁRIO E RECREATIVO PIONEIRO

A primeira edição do *O Jasmim – Periódico Litterario e Recreativo* surgiu em um Domingo, 20 de setembro de 1857, editado pela Tipografia de Cândido Martins Lopes.

Já no número 1 aparece o conto-romance intitulado *O Engeitado - Romance Original*, que alguns pesquisadores e escritores, como Jerry W. Hardin²³, atribuem a Elliott.

Pioneiro, pelo que até o momento pudemos verificar, é o primeiro jornal literário de Curitiba e do Paraná, tendo surgido apenas três anos após *O Dezenove de Dezembro*, cuja primeira edição foi lançada em um sábado, 1 de abril de 1854. No entanto, é importante que citemos outros pioneiros ainda pouco pesquisados como *O Escolar de Campo Largo*, de 1855. O que ainda torna mais singular *O Jasmim* é o seu caráter heterodoxo; um periódico dedicado à literatura, poesia e arte numa nascente província, onde, por certo, na mentalidade conservadora e pouco ilustrada da época deve ter tido dificuldades de encontrar número razoável de assinantes e leitores. Lembremos ainda que o “vanguardista” *A Galeria Ilustrada* só surgiria em 1888, às margens da república, trinta anos depois do *O Jasmim*. Num momento, talvez, no qual os potenciais leitores e consumidores desse gênero de informação estivessem mais maduros e preparados para recebê-la.

Um anúncio publicado no *O Dezenove de Dezembro* de 9 de setembro de 1857 dá a medida do que desejavam os criadores do periódico. Assim diz: “*Brevemente sairá a luz um periódico recreativo dedicado ao belo sexo curitibano, intitulado O Jasmim. As pessoas que quiserem honrar as suas páginas com os seus escritos poderão deixar nesta litografia os originais, que serão imediatamente publicados, vindo conforme o programa que será dado no seu primeiro número. Aceitam-se assinaturas a 1\$000 por mês.*”

Este pequeno anúncio nos dá uma enorme possibilidade de análise, se não formos ortodoxos. Ele está cheio de informações e podemos, minimamente, decompô-las para revelar o projeto dos seus autores.

Primeiramente, ele diz que sairá à luz um periódico dedicado ao “belo sexo”. Nota-se, então, que a literatura, e especialmente a poesia, podiam parecer entes estranhos para o sexo masculino, já que deduzimos que o aqui denominado belo sexo é, evidentemente, a mulher. Uma estratégia para conquistar leitores, trazendo à companhia do jornal as mulheres, tão sensíveis e misteriosas como a literatura e a poesia. Segue o anúncio dentro do seu espírito de vanguarda conclamando as leitoras, e leitores, a

²³ HARDIN, Jerry W. *O Cocar Quebrado: Duas Histórias Indígenas de John Henry Elliott*. Atlanta, USA: Ipê Alliance Press, Edição Bilingüe, 1994.

publicarem seus escritos no periódico ²⁴. Por fim, conclama os interessados a assiná-lo por um conto de Réis, ou mil Réis por mês.

O Jasmim nasceu diferente: inovador e alternativo. Talvez por isso tenha durado tão pouco. Dele só foram editados oito números, dos quais ainda não encontramos os números 4, 6 e 7. Na edição fac-similar feita pela Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte em 1980 – que anexamos a este trabalho – esses números também estão faltantes.

Cabe salientar que essa edição fac-similar foi feita a partir dos únicos exemplares de originais cuidadosamente e zelosamente conservados no Instituto Neo-Pitagórico de Curitiba, cujo material fotografamos e disponibilizamos no trabalho (ver figuras 12 e 13 deste capítulo).

No “Prospecto”, em sua primeira edição O Jasmim diz: *“O desejo de proporcionar aos nossos leitores um momento de distração, a par de alguns artigos interessantes, notícias curiosas e poesias, induzio-nos a dar publicidade a este – periodico -, cujo titulo tiramos do nome da flôr que nos é mais predilecta – o jasmim”*. É difícil, no entanto, afirmar de quem esta flor, bela flor, era predileta: John Henry Elliott ou Cândido Martins Lopes? Ou *o nos é mais predilecta* nos leva a concluir que o era de ambos? O pronome nós, “oculto”, pode indicar tanto um impessoalidade subjetiva do narrador, como numa dissertação ou tese, cuja humildade e prudência apontam para o constante aprendizado, como o nós efetivo: muitos outros juntos. Talvez o advento de O Jasmim fosse a realização de mais pessoas, que juntas partilhavam anseios e desejos similares.

Elliott, além do *O Engeitado*, que surge já no primeiro número, só começa a ter publicada sua novela, possivelmente, nos números 6 ou 7 – números que ainda não tivemos acesso -, pois no 5 ainda não havia sido publicada e no número 8 traz a informação “continuação”.

“Arico e Caocochee ou Uma Voz no Deserto – Historia fundada em factos, Dedicada ao Illm. E Exm. Sr. Barão de Antonina por João Henrique Helliot em 1844.”

Este é o título da novela de John Henry Elliott com subtítulo e dedicatória ao Barão de Antonina. Com o nome abreviado John Henry já havia tornado-se João Henrique, e o sobrenome Elliott também já grafado de várias formas, aqui “*Helliot*” escrito com “H” e sem um “T”. A nominativa “*Historia fundada em factos*” também já demonstra que seu conhecimento de viajante e explorador o colocava em sintonia com os acontecimentos da

²⁴ Nota do Autor: embora, é claro, as características dos jornais do passado difiram muito dos atuais - não possuíam profissionais para o exercício da informação e subsistiam dos esforços de aventureiros empreendedores – a atitude de publicar a obra do leitor nos parece bastante interessante. Que veículo de comunicação tem hoje, com critério e qualidade, essa prática. A maioria são veículos de comunicação ideológicos e enfadonhos, que expressam meramente as vicissitudes do mercado e os interesses econômicos do capitalismo transnacional.

terra. Entre esses a vida do sertão e os acontecimentos que envolviam os povos indígenas, que numa certa medida lhe fascinaram. Outro documento importante, além das aquarelas, dos contos e da novela, é o escrito “*A Emigração do Cayuas*”. Documento escrito por Elliott, e que, provavelmente, faremos um estudo detalhado em nova ocasião, do qual muitas informações e análises importantes podem ser colhidas e disponibilizadas a respeito dos povos indígenas nesse momento do Século XIX.

Outra coisa muito importante a considerar e que abordaremos melhor no capítulo apropriado é que José de Alencar, por exemplo, publicou seu primeiro romance indigenista *O Guarani* também em 1857 e é crível, sem dúvida, que tenha gasto alguns anos a compô-lo. No entanto, embora *Aricó e Caocochée* só tenha aparecido em 1857, conforme diz o título na publicação do *O Jasmim*, foi composta em 1844, portanto publicada somente 13 anos depois. É bastante curiosa essa inferência, pois se a compôs mesmo em 1844 isso torna a acanhada novela de Elliott uma obra pioneira do gênero, embora do ponto de vista literário pareça não estar à altura de Alencar. Porém, quem sabe houvesse tido Elliott a oportunidade de exercitar melhor a pena e amadurecer-se como escritor teria legado uma obra de extrema importância para a história da nossa literatura.

O Jasmim sem dúvida é um importantíssimo documento da época. Seu pioneirismo o eterniza. E se o estudamos agora, 153 anos depois, é porque venceu o tempo. E parece que de algum modo seus idealizadores sabiam disso, pois um detalhe singular nos chama a atenção quando o pesquisamos. Em todos os números ele traz sempre a mesma epígrafe que carrega em si uma mensagem quiçá incontestada: “*A leitura é de todas as artes a que menos custa, e a que mais rende. Castilho.*”

DOMINGO, 20 DE SETEMBRO DE 1857.

1.ª SERIE.



JASMIM

N.º 1.

PERIODICO LITTERARIO E RECREATIVO

A leitura é de todas as artes a que
menos custa, e a que mais rende.

Castilho.

PROSPECTO

O desejo de proporcionar aos nossos leitores um momento de distracção, a par de alguns artigos interessantes, noticias curiosas e poesias, induzio-nos a dar publicidade a este —periodico—, cujo titulo tiramos do nome da flôr que nos é mais predilecta — o JASMIM.

Emprehendendo, pois, a publicação do —JASMIM— temos em vista, como já dissemos, recrear os nossos leitores, e mui particularmente o —bello sexo—; ministrando, ao mesmo tempo, ao zoilo um vasto campo, onde possa, bem á vontade, saciar a devoradora fome da critica. Neste caso o nosso fim não é—divertir—, mas—sermos divertidos, por elle.

Juizos sensatos, a quem respeitamos, vós sabeis que nós não temos os conhecimentos precisos, para escrever um periodico; perdoai a nossa ousadia, e sirva-nos isso de desculpa para os erros que commettermos.

Preenchido assim o dever de civilidade, prescripto pelo jornalismo, diremos uma palavra acerca do nosso programma: —respeitar a moral e a religião, acatar a vida privada e o sagrado lar das familias, ridicularisar o vicio com todas as forças de que podermos dispôr, tornando-nos alheios inteiramente á politica, e não torando em questões pessoases com o

fim de ferir a susceptibilidade de quem quer que for, visto que não desejamos, de maneira alguma, condemnar crenças, que constituem o orguho de seus sectarios. Eis o nosso proposito.

A bellas Curitybanas offerecemos as paginas do —JASMIM—, que vegetando agora, nos aridos campos da nossa litteratura, irá, cultivado por tão delicadas mãos aspirar a aura da benevolencia no jardim litterario de que é digno, e nunca o mephitismo do opprobrio ou da indifferença.

Terminamos este artigo, declarando que acceptamos, para serem publicadas no —JASMIM— quaisquer traducções litterarias dos nossos leitores, pedindo-lhes unicamente que, de forma alguma, se afastem do nosso programma, afim de que o JASMIM conserve sempre o merecimento que um terno pai póde desejar ao seu joven e querido filhinho.

Contamos, desde já, com a coadjuvação do hum publico curitybano.

DEOS.

Qual é o homem que no maior auge do paganismo, leve o seu audacioso fanatismo a negar a existencia de Deos? Como poderá, sem abnegar-se, descrever ao Creador, quando em seu existir reconhece a vontade do Senhor?

Folhetim do Jasmim.

O ENGEITADO

ROMANCE ORIGINAL.

A tribu—Çayua—uma das mais antigas da America, e hoje muito degenerada, é, não obstante, celebre na historia Paraguaya, porque n'outras eras em contacto com os—Paraguayos—formou, por assim dizer, os antepassados d'aquelle povo,

ainda hoje tão limitado, tão subjugado pelos presidentes da republica, e tão amigo da liberdade, cuja só o nome conhece.


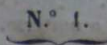
E' pois nesta tribu, que si algumas vezes em minhas viagens, e cuja sorte presente penalisa-me, que aconteceu o drama, de que vou descrever as scenas aos leitores.

Os Hespanhoes, senhores desde pouco tempo de quasi todo o territorio da republica do Paraguay, acabavam de lancar os fundamentos da cidade d'Assumpção, e incommodados constantemente pelas correrias dos Paraguayos e Cayuas que não desabimavam na empresa de os desalojar da terra de seus pais, assentaram em reunir uma força consideravel, dividida em tantos destacamentos quantos fossem os pontos de parada dos indios, e n'um só dia e ao mesmo tempo atacal-os, subjugar a todos ou os exterminar.

Mas os indios, ainda que ignorantes da arte da guerra, e sem noção alguma da civilisação europea, guiados unicamente pelo instincto da conservaçào, andavam sempre prevenidos,

Figura 11: O Jasmim – edição fac-similar -. 1ª Série, N.º 1, 1857. Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Curitiba.

DOMINGO, 20 DE SETEMBRO DE 1857.

1.^a SERIE.  **O JASMIM**  N.^o 1.

PERIODICO LITTERARIO E RECREATIVO.

A leitura é de todas as artes a que
menos custa, e a que mais rende.
Castilho.

PROSPECTO.

O desejo de proporcionar aos nossos leitores um momento de distracção, a par de alguns artigos interessantes, noticias curiosas e poesias, induzio-nos a dar publicidade a este—periodico—, cujo titulo tiramos do nome da flôr que nos é mais predilecta — o JASMIM.

Empreendendo, pois, a publicação do—JASMIM— temos em vista, como já dissemos, recrear os nossos leitores, e mui particularmente o --bello sexo--; ministrando, ao mesmo tempo, ao zoilo um vasto campo, onde possa, bem á vontade, saciar a devoradora fome da critica. Neste caso o nosso fim não é—divertir—, mas—sermos divertidos, por elle.

Juizes sensatos, a quem respeitamos, vós sabeis que nós não temos os conhecimentos precisos, para escrever um periodico; perdoai a nossa ousadia, e sirva-nos isso de desculpa para os erros que commettermos.

Preenchido assim o dever de civilidade, prescripto pelo jornalismo, diremos uma palavra ácerca do nosso programma: — respeitar a moral e a religião, acatar a vida privada e o sagrado lar das familias, ridicularisar o vicio com todas as forças de que podermos dispôr, tornando-nos alheios inteiramente á politica, e não tocando em questões pessoas com o

fim de ferir a susceptibilidade de quem quer que for, visto que não desejas, de maneira alguma, condemnar crenças, que constituem o orgulho de seus sectarios. Eis o nosso proposito.

A s bellas Curitybanas offerecemos as paginas do—JASMIM—, que vegetando agora nos aridos campos da nossa litteratura, irá, cultivado por tão delicadas mãos, aspirar a aura da benevolencia no jardim litterario de que é digno, e nunca o mephitismo do despezo ou da indifferença.

Terminamos este artigo, declarando que acceptamos, para serem publicadas no—JASMIM— quaesquer produções litterarias dos nossos leitores, pedindo-lhes unicamente que, de forma alguma, se afastem do nosso programma, afim de que o JASMIM conserve sempre o merecimento que um terno pai póde desejar ao seu joven e querido filhinho.

Contamos, desde já, com a coadjuvação do hom publico curitybano.

Folhetim do Jasmim.

O ENGEITADO

ROMANCE ORIGINAL.

A tribu—Cayua—uma das mais antigas da America, e huje muito degenerada, é, não obstante, celebre na historia Paraguaya, porque n'outras eras em contacto com os—Paraguayos—formou, por assim dizer, os antepassados d'aquelle povo,

DEOS.

Qual é o homem que no maior auge do paganismo, leve o seu audacioso fanatismo a negar a existencia de Deos? Como poderá, sem abnegar-se, descreer no Creador, quando em seu existir reconhece a vontade do Senhor?

ainda hoje tão limitado, tão subjugado pelos presidentes da republica, e tão amigo da liberdade, cuja só o nome conhece.

E' pois nesta tribu, que vi algumas vezes em minhas viagens, e cuja sorte presente penalisa-me, que aconteceu o drama, de que vou descrever as scenas aos leitores.

Os Hespanhoes, senhores desde pouco tempo de quasi todo o territorio da republica do Paraguay, acabavam de lançar os fundamentos da cidade d'Assumpção, e incommodados constantemente pelas correrias dos Paraguayos e Cayuas que não desatinavam na empresa de os desalojar da terra de seus pais, assentaram em reunir uma força consideravel, dividida em tantos destacamentos quantos fossem os pontos de parada dos indios, e n'um só dia e ao mesmo tempo atacal-os, subjugar a todos ou os exterminar.

Mas os indios, ainda que iguorantes da arte da guerra, e sem noção alguma da civilisação europæa, guiados unicamente pelo instinto da conservação, andavam sempre prevenidos,

Figura 12: O Jasmim – único exemplar conhecido da edição original - 1.^a Série, N.^o 1, 1857. Acervo: Instituto Neo-Pitagórico de Curitiba, Paraná.

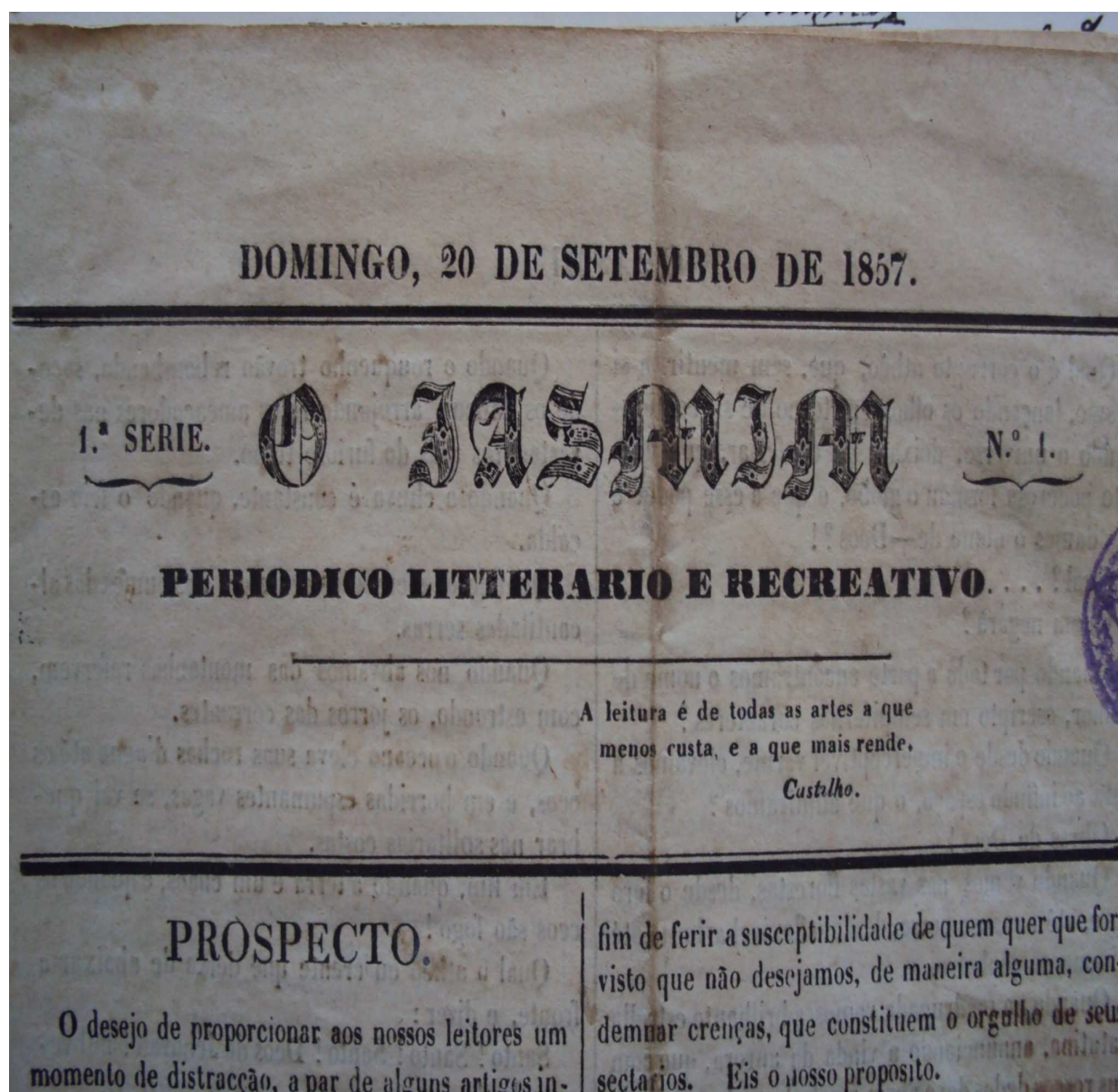


Figura 13: O Jasmim – único exemplar conhecido da edição original - 1.ª Série, N.º 1, 1857. Acervo: Instituto Neo-Pitagórico de Curitiba, Paraná.

4.3 UMA VOZ NO DESERTO: NOVELA ARICÓ E CAOCOCHÉE E OUTROS CONTOS

A novela *Aricó e Caocochée – Uma Voz no Deserto* apareceu pela primeira vez no O Jasmim na edição n.º 8, no domingo de 8 de novembro de 1857. É incontestável o pioneirismo da composição, ainda mais se considerarmos que nessa primeira publicação a epígrafe, além da dedicatória feita ao Barão de Antonina, traz a informação de que foi escrita em 1844; o que a torna, por ora, uma das primeiras obras literária moderna composta no Paraná. Foi reeditada como suplemento em edição da revista Ilustração Paranaense em 1928, prefaciada com elogioso texto de Ermelino Agostinho de Leão. Neste mesmo texto o pesquisador aponta a atitude visionária do grande historiador Rocha Pombo, que contribuiu para a visibilidade da obra de John Henry Elliott; inserindo-a, e comentando-a, numa das edições do jornal Echo dos Campos, da cidade de Castro, em 1884.

Aricó e Caocochée possui na verdade uma estrutura e um enredo bem simples, longe de ser considerada uma obra literária de vulto. No entanto, verifica-se que Elliott possuía um bom domínio da prosa em português, apesar de não ser este o seu idioma de origem. Além disso, a ambientação da novela se dá em um momento bastante complexo da história paranaense e brasileira: os conflitos culturais e sociais surgidos do avanço capitalista nascente moderno na América do Sul, a ocupação colonizadora do território paranaense e a nova reorganização territorial brasileira no Século XIX sobre as terras ancestrais indígenas.

Essa invasão “branca” e a resignificação do espaço em função dos interesses econômicos e o conseqüente “conflito de civilizações” é, de fato, um dos ambientes fundamentais da novela de Elliott, mesmo que assim ele não o tenha abordado de maneira mais explícita. Por isso que Ermelino de Leão, embora sem analisá-la mais profundamente do ponto de vista literário e histórico, situa-a, no prefácio de 1928, como uma “*narrativa histórica romantizada*”.

Porém, destarte não fosse Elliott um romancista por excelência inúmeros outros elementos da obra são ricos de significados literários: ela está eivada de imaginações poéticas muito interessantes, que se expressam em versos ricos, como: “...*Foi no tempo da colhida do pinhão, que, enlevados com as fructas e entretidos com a caça, estes dois filhos da natureza anoiteceram nas sombrias e magnificas florestas, que ladeam o grande Goioen.*”

Este momento sublime da Parte I é onde transcorre uma retirada dos dois amantes para o bosque e o campo à cata de frutas e pinhões, e onde refletem sobre o destino do seu povo. Num outro momento diz o autor: “...*A noite estava calma e serena; os ventos se tinham retirado para os subterrâneos palácios e á excepção de algum travesso piraju, que paulatinamente brincando no suave clarão da lua, misturada suas douradas escamas com as prateadas águas do Goioen, nada mais perturbava o silêncio que reinava neste umbroso bosque*”.

Assim, discordamos de Ermelino de Leão quanto ao pendor literário de Elliott e a riqueza da novela. A despeito de suas claras dificuldades com o léxico, especialmente com a ortografia de então, em razão de não ser o português a primeira língua, sua obra apresenta boas qualidades poéticas. E, ademais, talvez, dadas às suas andanças pelo sertão e a diversidade de sua criação e atuação não tivera Elliott tempo suficiente para a criação literária. A nosso ver a dificuldade com o português constitui-se em problema menor, do ponto de vista da composição; pois, neste caso, interessa-nos mais o sentido que a forma apresentada pela obra.

Mas, consideramos que, enfim, para compreendermos melhor a “novela histórica” devemos situá-la no seu tempo e dirimir as relações intrínsecas existentes entre a história factual e a obra literária.

No Século XIX os sertões de Guarapuava e Palmas ainda não estavam definitivamente conquistados. Atribui-se ao Tenente Cândido Xavier de Almeida e Souza a conquista dos Campos de Guarapuava em 1770. No entanto, desde a destruição da Província do Guairá, região noroeste do Paraná, entre 1631 e 1632, bandeiras paulistas buscavam o sul, procurando chegar até as missões sulinas para onde haviam se refugiado muitos dos padres jesuítas e índios guairenhos fugidos na diáspora do Guairá. Muitos pesquisadores apontam que teria sido, no entanto, a bandeira curitibana de Zacarias Dias Cortês, entre 1720 e 1726, uma das primeiras a adentrar pelos Campos de Palmas, chegando até o Rio Uruguay, à busca de ouro e promovendo as demarcações povoadoras.

Esses campos e o de Guarapuava eram habitados pelos povos do tronco lingüístico Jê, entre esses os Xokleng e os Kaingang, também denominados na historiografia de Coroado. Estes se dividiam em grupos étnicos também comumente citados na literatura como Votorão, Kamé, Kairú ou Dorin.

Inúmeras bandeiras se seguiram como a do Tenente-Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza que realizou 11 expedições, entre 1768 e 1774, contatando os grupos Jê em 16 de setembro de 1771. Dessa expedição, que acabaria em tragédia dada a reação

dos índios e a deflagração do conflito armado, nos foram legados documentos importantes como os 39 guaches e aquarelas feitas por Joaquim José de Miranda que acompanhava o grupo. Outra a destacar é a do Major Atanagildo Pinto Martins que comandou a Real Expedição dos Campos de Guarapuava entre 1814 e 1819.

A 1 de abril de 1809 o Sargento-Mor Diogo Pinto de Azevedo Portugal, junto com o capelão Francisco das Chagas Lima, foi nomeado para comandar uma expedição aos Campos de Guarapuava. Essa expedição fundou a localidade denominada Atalaia em 17 de junho de 1810; depois transformada em freguesia por Carta Régia de 18 de dezembro de 1818. Esse foi, portanto, o embrião da atual cidade de Guarapuava e signo definitivo de quando os campos, outrora domínios Jê, começavam a ser tomados pelas frentes de ocupação colonial. Em 1836 e 1839 duas bandeiras conquistadoras, uma delas comandada por Pedro de Siqueira Cortes e outra por José Ferreira dos Santos, disputavam os Campos de Palmas, à margem setentrional do Rio Chopim. Nos limites leste e oeste do famoso Rio Caldeiras estabeleceram-se as posses, legitimadas pela Assembléia Provincial de São Paulo em 1837 e arbitradas em 1840 pelos curitibanos Dr. João da Silva Carrão e Joaquim José Pinto Bandeira.

Alguns autores atribuem a fundação de Palmas ao Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, que realizou o primeiro levantamento cartográfico do Rio Iguaçu e afluentes.

Por esse período inúmeros “caciques”, os *Põ'i – Bang*, Jê como Condá, Vitorino, Viri, Doble, Nonohai, Fongue e Nicofé já haviam, ou logo se tornariam, aliados dos brancos – a maioria recebeu o título de capitão e eram pagos pelo governo -, controlando “toldos”, servindo de guias e auxiliando na captura de grupos resistentes e dispersos. Destruidores dos seus povos e auxiliares na disseminação da conquista.

Os outrora campos Jê *Koran-Bang-Rê* – Guarapuava – e *Kreie-Bang-Rê* – Palmas – gradativamente iam sendo dominados e ressignificados pelos novos colonizadores.

Embasado em fato ocorrido nesse quadro histórico que Elliott compôs a sua novela. O enredo se desenvolve de maneira linear, tendo como personagens principais os jovens índios Aricó e Caocochée. Aricó é filha do famoso “cacique” Nonohay, cuja tribo habita ao sul dos Campos de Kreie-Bang-Rê (Palmas) nas confluências do Rio Goioen (Uruguai). Da mesma tribo distingue-se o grande guerreiro Caocochée. Ambos compartilham de um amor desmedido e vivem os prazeres da vida livre e selvagem. Um dia, porém, Nonohay recebe a visita do “cacique” Condá (cacique que, entre outros, se tornou “civilizador” e “catequizador” a serviço dos brancos). Condá, portanto, vem com a missão de convencer

Nonohay a deixar a vida errante nos campos e juntar-se nos aldeamentos com os outros índios conquistados.

Condá vem a mando do Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, um dos conquistadores dos campos sulinos.

A angústia e as dúvidas tomam os corações de Aricó e Caocochée, pois temiam separar-se e não verem mais um ao outro. Os índios se reúnem então em um grande conselho e é tomada a decisão de rumarem com Condá para o acampamento do Chopim. Condá, bem se vê, era eficiente nos trabalhos de “civilizamento” que lhe incumbiam. No grupo que acompanhou Condá estava o guerreiro Caocochée.

Durante o conselho, porém, um vaticínio aterrador foi proclamado pelo velho e sábio *Pahi*, Yopáia. Bradou Yopáia: *“Ide, parti, para que mais demora? Os filhos de Inhatambang estão gritando de fome e os corvos e cães esperam vossa chegada. Ide, que em breve sereis o alvo das balas e vos vereis sacrificados no altar da mais sanguinolenta e horrível carnificina”*.

Esta parte da novela, o lamento visionário do velho Yopáia, metaforicamente simboliza a queda, a desestruturação da cultura, a morte do ethos de um povo; a vitória do conquistador e o flagelo dos autênticos americanos. A conquista plena do colonizador; os povos, donos da terra, no limiar de tempos novos: a morte, as doenças e o aprisionamento.

Foram, assim, os Jê em comitiva para os Campos de Curramburg. Ocorre, no entanto, que o Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira perde seu posto para o bandeirante Pedro de Siqueira Cortes, inimigo, caçador de índios e conquistador pelas armas.

Assim que a comitiva cruzou os Campos de Chapecó foi surpreendida pelos homens e mercenários de Pedro Siqueira Cortes. Armas, tiros, correria e desespero. Na armadilha a bandeira disparou sobre os índios - homens, mulheres e crianças -. É onde se acentua a tensão da novela, nas Partes VII e VIII. Aricó e o irmão Coré, que haviam seguido os passos dos migrantes à busca de Caocochée, é que mais tarde encontram o campo da morte. E a dor profunda perpassa seus corações. À busca do amado Caocochée a novela entra no seu ápice, a linearidade se completa: Aricó descobre que o amado está salvo e são na casa do *Pahi* Cufá, na grande povoação (provavelmente Palmas). Os amantes se encontram e Caocochée carrega em triunfo a mulher amada para sua taba.

Na conclusão Elliott deixa ver plenamente sua “ficção-histórica”. Relata que meses depois ao viajar pelos Campos de Palmas, ao cruzar as planícies do Chapecó encontrou Condá. Este lhe apresentou dois jovens, seu sobrinho e a esposa, que se chamavam

Caocochée e Aricó. “Embranquecidos” e sucumbidos à nova civilização. Teria realmente Elliott conhecido em uma das suas entradas, no abrasador mês de dezembro, aquelas que seriam as duas personagens principais de sua novela?

PEQUENO VOCABULÁRIO JÊ E TUPI NA OBRA ARICÓ E CAOCOCHÉE DE JOHN HENRY ELLIOTT

Condá: líder tribal
Goioen: Rio Uruguay
Aricó: heroína Jê
Caocochée: guerreiro Jê
Nonohay: líder tribal
Ming: onça
Inhoron: anta
Butiá: fruto de coqueiro
Piraju: peixe dourado
Tupê (Tupan): deus
Curramburg: Campos de Palmas
Aquiui: bebida ritual
Curu: manto de urtiga
Inhatanbang: corvo branco
Pahi cufa: chefe velho
Paiquerê: campos livres
Yopáia: velho pajé
Pandareis: padre
Coré: jovem guerreiro Jê
Chapêcô: rio



Figura 14: Elliott, J. H. Aricó e Caocochée. 1.^a Edição, 1857. Novela. In: O Jasmim, Edição n.º 8, 8.11.1857; e Suplemento da Revista Ilustração Paranaense, 1928, Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Curitiba.

4.4 JOHN HENRY ELLIOTT: PINTOR PIONEIRO DA PAISAGEM PARANAENSE

Elliott durante as entradas pelo sertão, sobretudo, e em razão do que podemos até o momento verificar mais claramente, quando das empreitadas financiadas pelo Barão de Antonina, produzia as suas *Vistas*²⁵, ou o registro pictográfico das paisagens e das figuras humanas, de acordo com sua técnica e criatividade e das cenas que observava e vivenciava. Em geral, a maioria das telas de Elliott e de tantos outros pintores da nossa paisagem e da paisagem brasileira no período são aquarelas. Aquarela é nome que de fato se dá à base colorida – tinta -, antes colhida de pigmentos de plantas, animais e minerais, desenvolvida pelo inglês William Reeves no século XVIII. Em muitas das obras de Elliott é possível perceber que o artista inicialmente lançava mão do desenho sobre o suporte virgem, e somente depois aquarelava finalizando a obra. Em outras, porém, a pintura era diretamente já feita no suporte.

A tinta aquarela com a técnica da aguada, parece-nos era a mais utilizada, principalmente quando a *Vista* era tirada, ou seja, quando o artista imbuído de uma percepção cênica apurada detinha-se para retratá-la. Na entrada realizada em 1846 para conhecer e mapear a Serra da Apucarana nos sertões do Paraná, Elliott relatou: *“descendo uma serra coberta com mato de capoeirão, avistámos pela primeira vez (depois da nossa entrada) á distancia de tres leguas O.N.O. a celebre Apucarana, tão decantada nos aranzeis dos antigos paulistas do decimo setimo seculo, cujo alto cume defendido por enrugados e escarpados rochedos parecia ser inacessível. (D’este lugar tirei uma vista da serra.) D’alli para diante encontrámos menos pinhaes, terreno sempre montuoso, e matos muitos serrados...”*²⁶

Este trecho de relato é revelador desse momento, do encantamento do artista com a paisagem e do seu trabalho em configurá-la. Destes momentos restaram-nos duas obras retratando a Serra da Apucarana. É compreensível, portanto, que aquarelar tenha sido mais utilizado, pois sugere uma série de facilidades que outras técnicas de pintura não permitiriam numa situação em que o artista está em trânsito, como no caso de Elliott e

²⁵ Designação dada à época, e citada por Elliott nos seus relatos, quando do registro pictográfico da paisagem que se fazia; o que julgamos seja um termo de uso comum no léxico no período e que, julgamos a priori evidente, devia ser utilizado pelos demais pintores paisagistas; cujas cenas retratadas, em geral, eram produzidas no formato final em aquarela.

²⁶ Das Viagens Exploradoras Empreendidas pelo Sr. barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da Villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na provincia do Mato-Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. Revista Trimestral de Historia e Geographia do IHGB, Tomo 10, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1870.

outros, viajando por estradas, campos, vales e montanhas rústicas e submetidos aos rigores do clima de momento. É claro que embora possamos conjecturar que muitas das obras podem ter sido finalizadas em “estúdio”, é crível imaginar que pelos menos então o desenho-base era feito no momento, mesmo que, talvez, ainda não sobre o suporte final, sob pena de o artista perder a riqueza cênica que a vista lhe permitia. Muitas das obras de Elliott são classificadas pelos especialistas como desenho aquarelado. Embora a mesma conjectura nos permita inferir que obras possam também ter sido criadas somente com o recurso recorrente da imaginação. A aquarela, portanto, pela suas simplicidades técnicas era a maneira mais cômoda de se produzir uma pintura. A simples diluição da aquarela em água – conforme a técnica com a inclusão de cola, gomas e até mel na composição - para formar a base pronta para ir ao suporte não criava grandes dificuldades ao artista, sendo que a água, por exemplo, é um recurso que pode ser obtido com relativa facilidade. Além disso, a pintura estava pronta simplesmente quando a água contida na base final evaporava e secava. Em clima mais seco e quente a pintura se consolidava muito rapidamente; o que em trânsito certamente facilitava o seu armazenamento e condução.

Por outro lado, analisando-a esteticamente, a aquarela dá uma leveza à pintura, realçando a luz, atenuando os pontos escuros, buscando captar melhor o movimento da cena e as cores da natureza. Por isso, de certa maneira estudiosos da arte atribuem predominância de características impressionistas nas obras de muitos aquarelistas. Dada algumas características próprias do pintor impressionista, que geralmente pintava ao ar livre, procurando explorar as variações de luzes e as tonalidades dos objetos ao refleti-las. J. M. William Turner, 1775-1851, um dos precursores da aquarela com milhares de obras pintadas é tido por muitos como um precoce impressionista. Em nossos dias a arte sensibilizou até a UNESCO que lhe dedica o dia 23 de novembro como o seu dia universal.

Em muitos dicionários clássicos italianos encontramos a seguinte definição para o substantivo *Acquerello*: *Vinello ottenuto mettendo acqua sulle vinacce, dopo aver tolto il vino, lasciandole posare per qualche tempo*. Ou seja, um tipo de vinho obtido a partir da adição de água à primeira espremedura das uvas e de grande durabilidade. Parece-nos que essa técnica italiana de produzir e lidar com certo vinho, e não o contrário, tornou-se a metáfora perfeita para designar esse estilo de pintura, à base de água, a aquarela; em italiano, *acquerello*, como tal vinho.

Das *Vistas* produzidas por Elliott levantamos dezoito delas, além de um retrato do Dr. Jean-Maurice Faivre também a ele atribuído. Essas em sua maioria se encontram dispersas e não podemos por enquanto determinar a exata localização da maioria. No

entanto, por ora, neste trabalho, analisaremos somente as duas *Vistas de Curitiba*, pois na continuidade da nossa pesquisa os demais dados serão levantados e analisados.

O Museu Paranaense possui atualmente essa duas obras; que são as duas *Vistas de Curitiba*, respectivamente datadas de 1855 e 1865. Não podemos, porém, afirmar se são as obras originais, pois cópias subseqüentes foram provavelmente produzidas. Estima-se que litografias foram feitas já no começo do Século XX, inclusive com alterações promovidas pelo litógrafo. Romário Martins, o fundador do Centro Paranista em 1927, quando diretor do Museu Paranaense, teria mandado reproduzir estampas fotografadas das litografias do começo do século posteriormente editadas como postais. A Mapoteca do Palácio Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, por seu turno, é detentora da Coleção Cemitille, conjunto de obras de Elliott intitulado *Desenhos e Plantas de Parte das Províncias do Paraná e Mato Grosso (1845-1865)*. A história diz que Elliott deu o material ao Frei Timótheo de Castelnuovo, que por sua vez entregou o material ao Frei Gaietano de Messina. O nome da coleção certamente é em alusão ao Frei Luiz de Cemitille que assumiu a direção do Aldeamento de São Jerônimo depois de Joaquim Francisco Lopes. A coleção é composta de vinte e dois desenhos manuscritos e aquarelas, além de dois mapas *chorographicos*.

Procederemos a breve descrição das obras que estudamos neste trabalho, as faltantes, cujas fontes conhecemos, serão posteriormente inseridas e analisadas. Interessante observar que os títulos e as datas das obras diferem em algumas publicações, e mesmo os títulos não podemos firmá-los como de autoria de autor. É crível conjecturar que muitas das denominações e datas foram posteriormente atribuídas às obras de Elliott. Por outro lado, muitas delas, principalmente àquelas das paisagens e pessoas colhidas na Província do Mato Grosso, possuem datas junto à assinatura, em geral no canto esquerdo, e inscrições feitas por Elliott.

A riqueza dessas informações é de grande valia, pois nos possibilita ampliar o campo de estudo sobre o trabalho de Elliott. A análise estilística e estética das pinturas, dessa maneira, também nos remete ao estudo sobre a história e a ocupação do espaço dessas regiões nesse período do Século XIX. As *Vistas de Curitiba*, por exemplo, quando confrontadas com a documentação, como os relatórios dos presidentes da Província, e obras de outros pintores da nossa paisagem nos dão uma dimensão de como era acanhada a localidade nesse momento. Na cena bucólica, os elementos retratados nos mostram aspectos das edificações, da economia e dos costumes da época, e mesmo sutis processos de desenvolvimento e mudança de uma vila que “quando passou a capital, em

1854, era um pequeno aglomerado quase circular de 338 casas dispostas em 27 quarteirões, servida por duas escolas de primeiras letras, uma masculina e outra feminina. A população de 5819 pessoas era constituída por lavradores, artesões, comerciantes, trabalhadores nos engenhos de mate, nas fazendas de gado e proprietários. Cidade de “poucos homens ricos” e com “tantos homens brancos”, como Saint Hilaire nunca havia visto em nenhuma região do Brasil”.²⁷

A análise estilística conduz, evidentemente com algum esforço do pesquisador, a uma leitura no mínimo dialógica, pois a cena retratada pode ser tanto analisada sob o ponto de vista da história da arte: o estilo do autor, seus traços, matizes e suas inclinações subjetivas. O conjunto da obra e seu lugar histórico como obra de arte. Como também em outra perspectiva: reveladora dos aspectos sócio-econômicos, culturais e paisagísticos de uma época abstraídos do todo disposto na cena.

O mesmo se dá com as aquarelas produzidas durante as entradas. Por essas, verificamos aspectos paisagísticos e de ocupação territorial dos então chamados sertões e seus habitantes, dada à ótima condição de fonte historiográfica que possui para se analisar o período. Verificamos costumes dos índios, paisagens de outrora, tipos de indumentária, e até mesmo aspectos sociológicos das relações sociais que se davam. Na aquarela *Vista do Aldeamento de São Jerônimo*, 1863, por exemplo, que abordaremos na continuidade desse trabalho acadêmico, podemos observar aspectos de edificações no local, inclusive a capela, num primeiro plano dois bois que nos mostram um tipo de criação possivelmente praticada em aldeamentos e neste mesmo plano cinco figuras humanas. Indígenas que caminham lentamente para o aldeamento. As cabeças baixas, aparentando resignação, nos revelam uma clara intenção do autor em mostrar docilidade e submissão. Estes, entre tantos outros, são apenas alguns aspectos que ela pode nos revelar. Por conseguinte, uma pintura, assim como outros – a fotografia, por exemplo - é um objeto-documento tão revelador para historiografia como o são outras fontes documentais; muito mais do que sua condição de somente obra de arte.

Assim, listamos as aquarelas sobre Curitiba estudadas e procederemos a seguir a análise estilística de cada uma delas. Nas figuras, através das legendas, colocamos a identificação detalhada e as fontes onde foram pesquisadas e colhidas: 1 - Vista de Curitiba, Província do Paraná, 1855 e 2 - Vista de Curitiba, Província do Paraná, 1865.

²⁷ Artigo: Catedrais de Cultura e de Arame em Curitiba: Mito e Metáfora; de Carmen Lúcia Fornari Diez e Geraldo Balduino Horn, disponível On-line em <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0229t.PDF>

4.5 VISTAS DA VILA DE CURITIBA: AQUARELAS DE JOHN HENRY ELLIOTT



Figura 15: ELLIOTT, J. H. Vista de Curitiba. Província do Paraná. 1855. Aquarela. Colorido. 21 x 49 cm. In: Pintores da Paisagem Paranaense, SECE, 1982.



Figura 16: ELLIOTT, J. H. Vista de Curitiba. Província do Paraná. 1855 (1865). Aquarela. Colorido. 27 x 40,4cm. In: Pintores da Paisagem Paranaense, SECE, 1982.



Figura 17: ELLIOTT, J. H. Vista de Curitiba. Província do Paraná. 1855 (1865). Aquarela. Colorido. Museu Paranaense, Curitiba.²⁸



Figura 18: ELLIOTT, J. H. Inscrição, verso da figura 15. 1855 (1865). Museu Paranaense, Curitiba.²⁹

²⁸ A obra encontra-se no Museu Paranaense. Similar à homônima da figura 16. Porém, vêem-se nítidas diferenças na composição. Podendo ser esta um outro esboço do autor. No entanto, litografias posteriores podem tê-la alterado.

²⁹ Inscrição encontrada no verso da figura 17 por técnicos do Laboratório de Conservação e Restauro do Museu Paranaense.

5 METODOLOGIA

Este trabalho foi conduzido através de pesquisa, sobremaneira, qualitativa. Inicialmente procuramos levantar as bibliografias existentes sobre o tema em geral, e em específico, quando essas se revelavam durante o trabalho, procurando selecionar essas referências, catalogando-as como fontes principais de acordo com as problemáticas que desenvolvemos.

Assim, procedemos, concomitantemente às primeiras redações dos capítulos, à leitura cuidadosa dos nossos principais referenciais teóricos, sempre procurando registrar as idéias centrais dos seus autores, pois determinaram nossa assunção dos conceitos propostos durante o desenvolvimento da monografia e que se consumou na redação final do trabalho. Em virtude de o trabalho envolver a vida e a obra de um viajante do Século XIX, o americano John Henry Elliott, e esta obra constituir-se de literatura, pinturas, além de mapas e relatos de viagens, que se mostram como representações de uma sociedade em momentos históricos diversos, escolhemos como referências autores e obras como Paul K. Feyerabend, *Contra o Método e Diálogos Sobre o Conhecimento*; Mikhail Bakhtin, *Questões de Literatura e Estética – A Teoria do Romance*; Eric Hobsbawn e Terence Ranger, *A Invenção das Tradições*; Rudolf Arnheim, *Arte e Percepção Visual – Psicologia da Visão Criadora* e Milton Santos, *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*.

Levantamos, através da pesquisa documental nos acervos públicos, os documentos originais e as obras produzidas Elliott, além dos relatos dos presidentes de província e do Barão de Antonina junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Utilizamos os recursos da fotografia e da digitalização para documentar as pinturas em aquarela e os mapas *chorographicos* de Elliott constantes em inúmeras publicações e fontes, que devidamente citamos em nossas referências.

Realizamos, por conseguinte, pesquisas em documentos e obras originais de John Henry Elliott, ou sobre ele, constantes dos acervos públicos como o Arquivo Público Estadual do Paraná, a Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, o Museu Paranaense, o Instituto Neo-Pitagórico, os Institutos Históricos e Geográficos do Paraná e do Rio de Janeiro, o Arquivo Público Nacional e a Biblioteca Nacional, além de acervos particulares.

A literatura e os relatos, além do jornal literário, produzidos por Elliott também nos serviram de referência, como a novela *Aricó e Caocochée*, o jornal literário *O Jasmim* e o relato *A Emigração dos Cayuaz*. Documentos fundamentais para a compreensão da obra

do viajante. Sendo que anexamos a esse trabalho exemplar histórico de *O Jasmim*. Além disso, realizamos pesquisas em jornais e periódicos de época, material fotográfico, pinturas e referências de outros viajantes do período. Ao mesmo tempo consultamos e pesquisamos trabalhos acadêmicos como dissertações ou teses produzidos com diversos enfoques sobre o tema, os períodos históricos e os personagens envolvidos.

Com base nessa metodologia acreditamos que atingimos nossos objetivos, que era especificamente a pesquisa sobre a vida e as obras literárias e iconográficas do viajante John Henry Elliott e sua relação com a Vila de Curitiba no Século XIX. Além disso, verificamos também as relações entre sua vida e a obra com o projeto de formação da nação brasileira nesse século, especialmente no Segundo Reinado. Com especial enfoque na formação do Paraná no período.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos que têm sido realizados sobre os artistas-viajantes no Brasil, especialmente no Século XIX, são bastante importantes e reveladores para o entendimento sobre as representações que foram produzidas por estes sobre esse vasto território e sua gente. Esses viajantes, homens e mulheres típicos da época, transitavam por vários campos do conhecimento, desde as ciências biológicas e sociais às exatas, dado que ainda não se tinham estabelecido definitivamente as ciências em seus campos específicos e no isolamento de seus conceitos. Que, por certo, ocorreu no seu contínuo processo de sistematização nas universidades e faculdades, um advento, no caso brasileiro, que somente se consolidaria no Século XX.

Na eclosão desse espírito de época, esses homens eram também artistas, pintores, gravuristas, aquarelistas, etc. Já que muitas dessas funções, sobretudo o desenho e a pintura, faziam parte das técnicas de registro das viagens científicas. As missões científicas e culturais que percorrem o Brasil no Século XIX compunham-se de botânicos, biólogos, antropólogos e artistas, entre outros; e para cá vieram na sua maioria contratados pelo governo para trabalhar na implantação de instituições culturais, malhas ferroviárias, etc. Para essas missões européias, e diante da efervescência cultural e científica da Europa no período, países como o Brasil, ermos e distantes, eram o perfeito campo de experimentação. Onde se podia, frente ao exotismo da flora, da fauna e dos habitantes nativos, através do registro, da coleta e da experimentação buscar compreender os mecanismos evolutivos da natureza e do desenvolvimento do homem. Os homens nativos, no caso brasileiro os índios, e os africanos ainda escravizados, possibilitavam ao cientista especular sobre o “*elo perdido*” e seus intrincados processos evolutivos que supostamente levaram à civilização. De que maneira se processou a vida no planeta até chegar à civilização, onde um modelo se impunha: a sociedade européia.

Não à toa a importância dos estudos europeus na área das ciências naturais que se consumaria com o fundamental trabalho de Charles Robert Darwin *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or The Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*, 1859, genericamente versado no Brasil como *A Origem das Espécies*. Propiciado pela sua grande viagem científica a bordo do *HMS Beagle* entre 1831 e 1836. Sua obra acabaria por criar toda uma corrente de cientistas imbuídos do desejo de aplicar os conceitos da seleção natural, em razão da melhor adaptabilidade às condições ambientais, aos seus trabalhos. A obra de Darwin, que era um admirador confesso dos

trabalhos do grande naturalista alemão Barão Humboldt, cuja divulgação das viagens pelas Américas Central e do Sul (1799 – 1804) havia encantado os intelectuais europeus e aberto um novo e vasto campo de experimentação científica, acabou por contribuir para o desenvolvimento de conceitos científicos evolucionistas e social-darwinistas, que serviram ao mesmo tempo como ideário nacional na formação de uma nação que se pretendia civilizada e práticas teóricas de dominação colonial.

No caso brasileiro, na segunda metade do Século XIX, esse “espírito científico” será especialmente absorvido pelos institutos históricos e geográficos e outras instituições importantes do período. E toda uma elite intelectual de cientistas que passará a colaborar com essas instituições. Os pressupostos de construção de uma nação moderna passarão a ter parâmetros científicos de medida, ser moderno significava conhecer o país e sua gente, e melhorá-la para se atingir o status de civilização. Essa propagação entre nossa elite intelectual desses modelos tanto mais será insinuante quando mais se torna uma “política de Estado” com D. Pedro II, o imperador cientista. Cujá célebre frase “*A Scientia sou eu*”³⁰ demonstra a vontade e a fímbria da elite nacional em abraçar o conhecimento, abandonando o passado colonial.

John Henry Elliott, o viajante americano, não se enquadra perfeitamente dentro desse perfil. Não era um típico cientista americano ou europeu, não consta que sequer houvesse tido alguma educação científica, pois chegou ao país ainda muito jovem. Nem mesmo aportou junto a uma missão científica, ou imbuído de um projeto capitalista estrangeiro. No entanto, os conhecimentos adquiridos na marinha já foram suficientes para que exercesse, especialmente quando empregado do Barão de Antonina, os serviços de mapista, equivalente a geógrafo e cartógrafo, das excursões pelo sertão. Elliott, assim como os viajantes anteriores, é, por conseguinte, um personagem importante desse processo que gradativamente vai se dando no Século XIX nos países periféricos: nações incapazes de gerar conceitos próprios de civilização e dependentes dos avanços científicos e tecnológicos surgidos na Europa e nos EUA especialmente. E que parece não tinham outra solução senão importar idéias e tecnologias. O Século XIX se caracteriza pela consolidação do capitalismo nos países já industrializados, nações que se tornaram hegemônicas e precisam da abertura de novos mercados mundiais para produtos industrializados, ao mesmo tempo em que necessitavam de novas matérias primas. A ferrovia, por exemplo, é um grande advento desse processo, um ícone do capitalismo moderno. A sua instalação nos países periféricos representa tanto a assunção de uma

³⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças, Capítulo I: Entre “Homens de Ciencia”, p. 31.

tecnologia para o desenvolvimento em uma nova fase nas relações coloniais como o início da dominação econômica industrial moderna.

Elliott, assim, transita por esse cenário histórico de transformações profundas. Uma nação que se consolidava com os fragmentos de um império português decadente – que ao tempo da chegada de Elliott não se haviam passado mais que algumas décadas pós 1808 -, já que os assombros das guerras napoleônicas e o surgimento de uma prematura classe operária assombravam as monarquias européias. Seu espírito de viajante e suas produções nas mais diferentes áreas acabaram por nos legar importantes documentos, que nos possibilitam vários olhares sobre esse período histórico no Brasil. Nesse mesmo cenário se vê a importância de empreendedores como o Barão de Antonina e das instituições científicas, pois mantinham de certo maneira uma relação correspondente, o primeiro como uma representante da elite nacional e realizador dos ideais e projetos coloniais de então, as outras como disseminadoras de um “espírito de época” formador, mesmo que eivado de contradições, da identidade moderna do Estado brasileiro. Como assim o definiu o pesquisador Alexandro Dantas Trindade, quando analisa a importância da participação dos irmãos Rebouças na formação do Paraná:

Este debate, preocupação de parcela significativa da elite intelectual oitocentista no Brasil, teve como espaços privilegiados associações tais como o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, o *Instituto Politécnico*, as diversas *Sociedades de Aclimação* provinciais, a *Sociedade Central de Imigração*, as expedições científicas de mapeamento do território, dentre outras esferas nas quais particularmente os Rebouças participaram. Assim, minha análise visa entender também o papel jogado naquele contexto por certas instituições criadas na esteira do processo de formação e consolidação do Estado brasileiro.³¹

³¹ TRINDADE, Alexandro Dantas. Os Irmãos Rebouças e as Perspectivas da Imigração Espontânea no Paraná (1865-1875). 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 13 a 15 de maio de 2009, Curitiba.

REFERÊNCIAS

1. BIBLIOGRAFIA GERAL

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Catálogo Seletivo de Documentos. Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial (1853 – 1870). Coleção Pontos de Acesso, v. 03, Curitiba, 2007.

----. Catálogo Seletivo de Documentos. Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial (1871 – 1892). Coleção Pontos de Acesso, v. 04, Curitiba, 2009.

AVE-LALLEMANT, Robert. 1858, Viagem pelo Paraná. Coleção Farol do Saber. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

BIGG-WITHER, Thomas P. Novo Caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná – Três Anos em Suas Florestas e Campos (1872/1875). Rio de Janeiro/Curitiba: Livraria José Olympio Editora e Universidade Federal do Paraná, 1974.

BARTHELMESS, Arthur. Dr. Faivre: Ópera Relâmpago em 2 Atos. Curitiba: Edição do Autor, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. A Troca Impossível. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

BOAVENTURA, Maria Eugenia (Org.). 22 por 22 – A Semana de Arte Moderna Vista Por Seus Contemporâneos, 2.^a Ed. Ver. E Ampl. São Paulo: EDUSP, 2008.

BROTERO, Frederico de Barros. Barão de Antonina: Apontamentos Genealógicos. São Paulo: Salesianas, 1940.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1983.

CARNEIRO, David Antonio da Silva. John Henry Elliott e Outros Pioneiros Americanos no Paraná. Curitiba: Centro Cultural Brasil - Estados Unidos de Curitiba e Editora Educa/PUC-PR, 1987.

-----, David. A Influência Norte-americana nas Artes Plásticas do Brasil. Curitiba: Rotary Club, 1943.

-----, David. História da Guerra Cisplatina. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

CARNEIRO, Newton. Iconografia Paranaense: anterior à fotografia. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1950.

CARVALHO, José Luiz de e ARANTES, Aimoré Índio do Brasil. O Comércio no Paraná: Uma História de Conquistas. Curitiba: FECOMÉRCIO, 2008.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões (Campanha de Canudos), 15ª Edição Corrigida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Paulo de Azevedo & C., 1940.

D. PEDRO II. Diário da Visita à Província do Paraná. Francisco Marques dos Santos (Org.). Ponta Grossa: UEPG, 2008.

D'ORBIGNY, Alcides. Viagem a La America Meridional (Brasil, Uruguay, Argentina, Chile, Bolívia, Peru). Realizada de 1826 a 1833. Tomo I. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1945.

EXPOSIÇÃO SOBRE AS TERRAS DA POVOAÇÃO INDÍGENA DE SÃO JERÔNIMO, ESTADO DO PARANÁ. Apresentada ao Sr. Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio pelo Dr. José Bezerra Cavalcanti (Diretor Interino do SPI). Offício n.º 374, 25.11.1924, XXXVI da República e CII da Independência (com 13 documentos anexos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Porto Alegre: Editora Globo, 2000.

FRIGO, Adelino Frei. Memórias de um Herói: Frei Timóteo de Castelnuovo. Londrina: Grafmark, 1995.

GOULART, José Alípio. Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1961.

HARDIN, Jerry W. O Cocar Quebrado: Duas Histórias Indígenas de John Henry Elliott. Atlanta, USA: Ipê Alliance Press, Edição Bilíngüe, 1994.

MAACK, Reinhard. Geografia Física do Estado do Paraná. Curitiba: Livraria José Olympio Editora, co-edição com Secretaria de Estado da Cultura, 1981.

MARTINS, Romário. Curitiba, Estudo Onomástico. Curitiba: Livraria Mundial – França & Cia Ltda, 1926.

-----. Bandeiras e Bandeirantes em Terras do Paraná. Curitiba: Editora Guaíra Ltda.

NICOLAS, Maria. Sertanistas do Paraná: os Esquecidos. Curitiba, 1981.

ORLEANS, Frei Casimiro M. de. Pai dos Coroados (Biografia de Frei Timóteo de Castelnuovo – Missionário Capuchinho no Paraná). Curitiba: Tipografia Max Roesner, 1957.

PRADO JR., Caio Prado. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Revista Ilustração Paranaense, ano 1926. Acervo: Biblioteca Romário Martins, Museu Paranaense, Curitiba – Paraná.

Rev. D. P. Kidder, D.D., and Rev. J. C. Fletcher. Brazil and the Brazilians – Portrayed in Historical and Descriptive Sketches, Illustrated by Hundred and Fifty Engravings. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857. (Documents Google Books)

ROOSEVELT, Theodore. Through The Brazilian Wilderness. New York: Charles Scribner's Sons, 1931.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova – Da Crítica da Geografia à Uma Geografia Crítica, 6.^a Ed., 1.^a Reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008. – (Coleção Milton Santos; 2).

SODRÉ, Nelson Werneck. O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. O Brasil Não é Longe Daqui. O Narrador, a Viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TREVISAN, Edilberto. Viajantes Estrangeiros no Paraná. Curitiba: Gráfica Vicentina Editora Ltda., 2002.

VASCONCELOS, Cel. Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca. Relatório do chefe do Serviço de Proteção aos Índios – SPI ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 30.12.1939, com os anexos: extrata da documentação indígena, 23 documentos referidos no texto, esquema da organização do SPI em 1940, carta do Brasil com as populações e estabelecimentos indígenas em 1930.

2. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

2.1 OBRAS DE JOHN HENRY ELLIOTT

ELLIOTT, John Henry. Aricó e Caocochée ou Uma Voz no Deserto: História Fundada em Factos, Dedicada ao Illm^o e Exm^o Barão de Antonina. Rio de Janeiro: Vianna & Cia., 1852; Ed. Fac-similar, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - SECE, Curitiba, 1980.

-----, A Emigração dos Cayuaz. Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil, Tomo XIX (Tomo VI da terceira serie), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.

-----, John Henry. Resumo do Itinerário de uma Viagem Exploradora pelos Rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus Afluentes. RIHGB, 9, 1847, n.º 1, p. 17 – 42.

-----, Das Viagens Exploradoras Empreendidas pelo Sr. barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da Villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na provincia do Mato-Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. Revista Trimestral de Historia e Geographia do IHGB, Tomo 10, 2^a Edição, Rio de Janeiro, 1870.

-----, Resumo do Itinerario de uma Viagem Exploradora pelos Rios Verde, Itararé, Paranapanêma e seus affluentes, pelo Paraná, Ivahy, e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Exmo. Sr. barão de Antonina. Revista Trimestral de Historia e Geographia do IHGB, Tomo IX, 2^a Edição, Typographia de João Ignacio da Silva, Rio de Janeiro, 1869.

-----, John Henry. Desenhos e Plantas de Parte das Províncias do Paraná e Minas Gerais. Rio de Janeiro: Álbum Cimitille, acervo Mapoteca do Itamaraty.

O JASMIM – Periodico Litterario e Recreativo. Set./Out./Nov. de 1857. Edição Fac-similar, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte – SECE, Curitiba, 1980.

2.1 BOLETINS E REVISTAS

AYROSA, Plínio Marques da Silva. As “entradas” de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot [sic]: O Barão de Antonina. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geographico – IHG/SP, v. XXVIII, pp. 219 – 267, 1930, edição 1981.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. Coleção de Documentos de Frei Emílio de Cavaso OFM. Cap. (Sobre a Atividade dos Capuchinhos no PR – Brasil), Vol. XXXVII, ano 1980, Curitiba – PR.

----- Fontes de Pesquisa “Julio Moreira”, Assuntos Gerais. Vol. XXXIX, ano 1983, Curitiba – PR.

BOUTIN, Leônidas. Colônias Indígenas na Província do Paraná. Boletim Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGE, nº 36, p. 49-112, 1979.

CAMPESTRINI, Hildebrando. Introdução e Notas. As Derrotas de Joaquim Francisco Lopes. Série Relatos Históricos, Vol. II, IHG-MS, 2007 (transcrição do boletim do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, Vol. III, São Paulo, 1943).

CEMITILE, Frei Luiz de. Memória Sobre os Costumes e Religião dos Índios Camés ou Coroados que Habitam esta Província. Catalogo dos Objectos do Museo Paranaense, Impresso por ordem do Exmo. Sr. Presidente da Provincia Dr. Carlos Augusto de Carvalho, enviados à Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1888. Typ. A Pendula Meridional, Curitiba, 1882. Acervo FBN.

Descrição Geral da Província do Paraná pelos Drs. J. Cândido da Silva Muricy, F. A. Monteiro Tourinho e J. Lourenço de Sá Ribas, Boletim IHGE – PR, vol. II, ano II, 1918.

FERNANDES, José Loureiro. Frei Luiz de Cemitille. Separata da Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, III, 1956.

LOPES, Joaquim Francisco. Itinerario de Joaquim Francisco Lopes – Encarregado de Explorar a Melhor Via de Comunicação Entre a Provincia de São Paulo e a do Mato-Grosso pelo Baixo-Paraguay. Revista Trimestral de Historia e Geographia do IHGB, Tomo XIII, 2ª Edição, Typographia de João Ignacio da Silva, Rio de Janeiro, 1872.

PANORAMA da arte no Paraná: 1 - dos precusores à Escola Andersen. Curitiba: Salão de Exposições do BADEP, 1975.

Sertanejo. Revista Trimestral do IHGB, Tomo LI, Parte II, Typographia, Lithographia e Encadernação a Vapor de Laemmert & C., 1888.

Sobre a Atividade dos Capuchinhos no Paraná – Brasil, Coleção de Documentos de Frei Emílio de Cavaso OFM. Cap., Boletim IHGE – PR, vol. XXXVII, 1980.

Viagem de Exploração de John Henrique Elliot em 1845, Boletim IHGE – PR, vol. 2, ano II, 1918.

2.2 REREFENCIAIS TEÓRICOS

ARNHEIM, Rudolf. *Arte y Percepción Visual: Psicología De La Visión Creadora*. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1976.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Introdução e Tradução do Russo Paulo Bezerra. 5.^a Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une Théorie de la Pratique: Précédé de Trois Études d'ethnologie Kabyle*. Paris, Du Seuil, 2000.

FEYERABEND, Paul Karl. *Contra El Método: Esquema de Una Teoría Anarquista Del Conocimiento*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974.

----- . *Diálogos Sobre o Conhecimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimento do Brasil*, 6.^a Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5.^a Edição. Campinas, Editora da UNICAMP, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert Moraes. *Território e História no Brasil*. 3.^a Edição. São Paulo: Annablume, 2008.

REIS, José Carlos. *História, A Ciência dos Homens no Tempo*. Londrina: EDUEL, 2009.

SANTOS, Milton. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. Sandra Lencion (Trad.), 5.^a Ed. São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos; 15).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

----- . *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, Um Monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

3. TESES E DISSERTAÇÕES

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. *Paranismo: Arte, Ideologia e Relações Sociais no Paraná: 1853 – 1953*. Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos Silva (orientação). Tese de Doutorado, Dep. História, Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades, Curitiba, 2007.

ROSEVICS, Larissa. *O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a Construção de um Imaginário Regional*. Curitiba: UFPR, dissertação de mestrado, 2009.

ROTHEN, Leticia de Paiva. Identidade Étnica na Terra Indígena São Jerônimo – PR. Prof^a Edilene Coffaci de Lima (orientação). Monografia, Dep. Ciências Sociais, UFPR, Curitiba, 2010.

SALTURI, Luis Afonso. Frederico Lange de Morretes, Liberdade Dentro de Limites: Trajetória do Artista-Cientista. Prof^a. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega (orientação). Dissertação de Mestrado, Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, Curitiba, 2007.

4. ARTIGOS

ADONIAS, Isa. As Aquarelas de John Henry Elliott. O Jornal, 1965.

AMOROSO, Marta. Crânios e Cachaça: Coleções Ameríndias e Exposições no Século XIX. Dep. Antropologia, FFLCH/USP, 52º Congresso de Americanistas, Sevilha – ES, 17- 21.07.2006.

AZANHA, Gilberto. A Lei de Terras de 1850 e as Terras dos Índios, julho, 2001.

CAMPESTRINI, Hildebrando. As Derrotas do Sertanejo. Revista de História, Vol. I, nº 1 – Jan. a Jun., p. 207-226, Campo Grande – MS, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, M (org.). Os Direitos do Índio: Ensaio e Documentos. Legislação Indigenista no Século XIX, CPI-SP/EDUSP, São Paulo, 1992.

COVOLAN, Fernanda Cristina; GONZALES, Everaldo Tadeu Quilici. Sesmarias, Lei de Terras de 1850 e a Cidadania: Sistema Legal x Sistema Social. Publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília – DF, 20 a 22.11.2008.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A Lei de Terras e o Advento da Propriedade Moderna no Brasil. Dep. De História, UFPR, Curitiba – PR.

GADELHA, Regina Maria D'Aquino Fonseca. A Lei de Terras (1850) e a Abolição da Escravidão: Capitalismo e Força de Trabalho no Brasil do Século XIX. Dep. História, FEA/PUC/SP, trabalho apresentado I Congresso Internacional de Escravidão, USP, 1988.

MARCANTE, Maicon Fernando. A Fronteira Agrária Extrema: A Sociedade Tibagiana em Interação com os Aldeamentos Indígenas do Rio Tibagi – Paraná: 1880. UFPR, 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 13-15.05.2009.

MOTA, Lúcio Tadeu. Relações Interculturais nas Bacias dos Rios Paranapanema/Tibagi no Século XIX. Departamento História, Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, UEM.

---- As Populações Indígenas Kaiowá, Kaingang e as Populações Brasileiras na Bacia dos Rios Paranapanema/Tibagi no Século XIX: Conquistas e Relações Interculturais. In: Fronteiras – Revista de História, Dourados – MS, v. 9, nº 16, Jan./Jul. 2007.

----; CHAGAS, Nádia Moreira. O Guairá nos Séculos XVI e XVII: As Relações Interculturais. Departamento História, Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, UEM.

POMBO, Rocha. Elliott (artigo). Castro: Jornal Eco dos Campos, 1884.

PARELLADA, Cláudia Inês. Estética Indígena Jê no Paraná: Tradição e Mudança no Acervo do Museu Paranaense. In: Rev. Cient. FAP, Curitiba, v. 3, p. 213-229, Jan./Dez. 2008.

ROMARIZ, Dora Amarante. Mapa da Vegetação Original do Estado do Paraná. In: Revista Brasileira de Geografia, p. 597, Out./Dez. 1953.

SÁ DE CARVALHO. Uma Interessante Viagem aos Sertões do Paraná (Artigo). São Paulo: Jornal O Estado de São Paulo, 1920.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e Catequese na Constituição da Nacionalidade Brasileira: As Expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. In: Revista Brasileira de História, v. 15, nº 30, p. 137-155, São Paulo, 1955.

VALLE, Arthur. Releitura e Análise das Obras de Arte. In: Revista Democratizar, v. 1, nº 1, Set./Dez. 2007, Instituto Superior de Educação da Zona Oeste/FAETEC/SECT –RJ.

5. TEXTOS

CALDEIRA, Jorge. Brasil: Primeiros Olhares. In: A História Contada Por Quem Viu. Rio de Janeiro: Editora Gráfica, 2008.

CHARTIER, Roger. A História Hoje: Dúvidas, Desafios, Propostas. In: Estudos Históricos, vol. 7, nº 13, Rio de Janeiro, p. 97-113.

FERREIRA, Antonio Celso. Heróis e Vanguardas, Romance e História: Os Intelectuais Modernistas de São Paulo e a Construção de uma Identidade Regional, Cap. 3. In: Escrita Linguagem, Objetos: Leituras de História Cultural de Sandra Jatayh Pesavento.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A Construção do Patrimônio: Perspectiva Histórica, Cap. 2. In: O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MINC-IPHAN, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A Crise da Memória, História e Documento: Reflexões para um Tempo de Transformações. In: Arquivo, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas, Zélia Lopes da Silva (org.). São Paulo: UNESP-FAPESP, p. 11-29, 1999.

SILVA, J. T da. O Paraíso Perdido: Descrição e Negação da Terra Descoberta. In: América Barroca: Tema e Variações. São Paulo: FFLCH/USP, p. 38-52, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia, CARDOSO, C.F. & ---. (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, p. 62-127, 1997.

6. ÁLBUNS

ÁLBUM DO CENTENÁRIO DO PARANÁ (1853 - 1953). As Artes Plásticas e a Música no Paraná. Edição especial da revista A Divulgação. Artigo Panorama das Artes Plásticas no Paraná por Luiz Piloto, p. 117 – 124, Curitiba, 1953.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. Coordenação. O BRASIL DOS VIAJANTES: Vol. I: Imaginário do Novo Mundo; Vol. 2: Um Lugar no Universo; Vol. 3: A Construção da Paisagem. São Paulo, Fundação Odebrecht, 1994.

BRASIL – 500 Anos de Povoamento. IBGE – Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 232 p.

MAPPA – Imagens da Formação Territorial Brasileira. Pesquisa, Textos e Seleção Cartográfica de Isa Adonias; Fotografias e Organização Bruno Furrer; Versão para o Inglês H. Sabrina Gledhill; Versão para o Espanhol Gloria Rodríguez. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

Pintores da Paisagem Paranaense. Newton Carneiro (Org.). Pintores da Paisagem. Curitiba: SECE, 1982.

SOARES, Carlos Roberto e LANA, Paulo da Cunha. Baía de Paranaguá: Mapas e Histórias. Curitiba, Editora da UFPR, 1994.

7. DICIONÁRIOS

ARAÚJO, Adalice Maria de. Dicionário das Artes Plásticas no Paraná, v. 1, Síntese da História da Arte no Paraná (da Pré-história até 1980) – Precursores da Infra-estrutura e Ciclos Econômicos, p. 31 – 38, Curitiba, Edição do Autor, 2006.

CAVALCANTI, Carlos; AYALA, Walmir, org. Dicionário brasileiro de artistas plásticos. Apresentação de Maria Alice Barroso. Brasília: MEC/INL, 1973-1980. (Dicionários especializados, 5).

GÓIS, Carlos. Dicionario de Raizes e Cognatos da Lingua Portuguesa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1921.

-----. Dicionário de Afixos e Desinências. Belo Horizonte: Edição do Autor, 4ª Edição, 1946.

LEÃO, Agostinho Ermelino de. Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1926.

LEITE, José Roberto Teixeira. Dicionário crítico da pintura no Brasil. Rio de Janeiro: Artlivre, 1988.

PONTUAL, Roberto. Dicionário das artes plásticas no Brasil. Apresentação de Antônio Houaiss. Textos de Mário Barata et al. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

ANEXO

ANEXO I – O JASMIM – PERIODICO LITTERARIO E RECREATIVO. Fundado por John Henry Elliott. Set./Out./Nov. de 1857. Edição Fac-similar, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte – SECE, Curitiba, 1980.

ANEXO II - NOVELA ARICÓ E CAOCOCHÉE OU UMA VOZ NO DESERTO: HISTÓRIA FUNDADA EM FACTOS. De John Henry Elliott. Dedicada ao Illmº e Exmº Barão de Antonina. Rio de Janeiro: Vianna & Cia., 1852; Ed. Fac-similar, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - SECE, Curitiba, 1980.